

Campus Repórter 30



LABPP 20 ANOS

53 ANOS

COLAB 30, 31/10 E 1/11 2024

PARTICIPE DO EVENTO ARTÍSTICO, ACADÊMICO E CULTURAL EM COMEMORAÇÃO AOS 20 ANOS DO LABPP E AOS 53 ANOS DO CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA UNB. ACOMPANHE NOSSAS REDES E CONFIRA NOSSA PROGRAMAÇÃO EM WWW.LABPP.UNB.BR.

CRIATIVIDADE EM TODOS OS SENTIDOS

@LABPP_UNB

UnB

Carta do Editor

A revista *Campus Repórter* volta a circular depois de dois semestres letivos, com edição de número 30, impressa e disponível no formato digital, apontando e discutindo questões relevantes do Sol Nascente/Por do Sol, uma das mais novas Regiões Administrativas do Distrito Federal (RAs), onde vivem cerca de 100 mil pessoas em 36 mil moradias.

Desde a criação da revista, em 2007, a regra foi publicar reportagens com temas variados, mas a opção agora foi produzir um conjunto de reportagens exclusivamente sobre o Sol Nascente, que, segundo o recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, é a maior favela do Brasil em número de habitantes, superando a Rocinha, no Rio de Janeiro. Se a Rocinha se caracteriza por muitos becos, ruelas e casas amontoadas entre os morros, o Sol Nascente tem, no geral, largas avenidas e ruas organizadas em um território plano, comum a muitas partes que compõem o “quadrado” do Distrito Federal.

Lá tudo começou como uma “invasão” em 1990. Em 2008, juntamente com o setor conhecido como Por do Sol, foi reconhecida como área regular de Ceilândia, a cidade mais populosa do Distrito Federal. A edição de número 16 da *Campus Repórter* traz uma reportagem com belas fotos de residências de “invasores” sendo derrubadas por máquinas, no não tão longínquo ano de 2015. Em 2019 foi criada a RA unindo as duas localidades, que, no entanto, tem ainda hoje a questão fundiária como um de seus principais entraves.

Uma das reportagens da revista conta a história do Sol Nascente, seus moradores, a vida local e alguns dos principais problemas e perspectivas. Outras tratam das áreas de saúde - existe apenas uma Unidade Básica de Saúde em toda a RA - saneamento, segurança, transportes, o lazer, a economia e a complicada questão fundiária. Até por ser a mais nova Região Administrativa do DF, no Sol Nascente ainda falta pelo menos um pouco de tudo, como se verá nas reportagens.

Estão presentes nos textos e fotos personagens que, ao longo do tempo, têm lutado para transformar a RA em um local de desenvolvimento que ofereça boas condições para se viver e para espantar o estigma de favela. Nesse contexto entram comunidades organizadas que tentam minimizar os problemas gerais, especialmente da população de menor renda e escolaridade. Um ensaio fotográfico pinça fragmentos do dia-a-dia da cidade e retrata personagens fundamentais nos esforços para transformar a vida da gente comum.

Uma boa leitura e um ótimo segundo semestre letivo de 2024.

Prof. David Renault

Coordenador da Edição Executiva

Sumário

04

O Sol é para todos?

Sem endereço,
sem direitos 14

22

Evasão ou expulsão?

32
Transporte Público

40

Favela como sinônimo
de solidariedade

46
Saúde precária e
informal

52

Economia em ascensão

Expediente

Campus Repórter é uma publicação semestral, orientada por professores e produzida por estudantes das disciplinas Revista Campus Repórter, Oficina de Diagramação e Fotografia Campus Repórter, do Departamento de Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Coordenador Executivo da Edição
David Renault

Editora de arte
Célia Matsunaga

Editor de Fotografia
Marcelo Feijó

Reportagem
Ana Beatriz Assenço, Alice Groth, Bianca Feifel, Diogo Albuquerque, Kalil Veiga Barros (participação especial) e Raphael Pati

Direção de Arte e Design
Amanda Amaral, Brenda Figueiredo, Carolina Marcusse, Fabricio Freitas, Heitor Fuscaldi, Henrique Franca, Isadora Costa, Luana Cardoso, Luane Maria Ferreira, Thaynara Costa Mendes

Fotografia
Gabriela de Macêdo, Gláucia Porfíria, Isadora Resende e Sthefany Rocha

Capa
Fabricio Freitas

Ilustração
Heitor Fuscaldi

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação

Diretora
Prof.^a Dione Oliveira Moura
Vice-Diretor
Prof. Sérgio Ribeiro de Aguiar Santos

Coordenação de Projetos Finais:
Prof.^a Beatriz Beraldo Batista

Coordenadora de Extensão:
Prof.^a Rose May Carneiro
Vice-Coordenador Extensão:
Prof. Felipe da Silva Polydoro

Coordenação de Pesquisa e Inovação:
Prof.^a Carina Luisa Ochi Flexor.
Suplente:
Prof. Gustavo de Castro e Silva

Coordenador Geral de Laboratórios:
Prof. Mauricio Gomes da Silva Fonteles

Departamento de Audiovisuais e Publicidade (DAP)
Chefe: Prof. Eduardo Bentes Monteiro
Subchefe: Prof.^a Priscila Monteiro Borges

Coordenadora de Graduação Audiovisual:
Prof.^a. Denise Moraes Cavalcante

Coordenador de Graduação Publicidade e Propaganda:
Prof. Luciano Mendes de Souza

Departamento de Comunicação Organizacional
Chefe: Prof. João José Azevedo Curvelo
Subchefe: Prof.^a Kátia Maria Belisário

Coordenador de Graduação:
Prof. Elton Bruno Pinheiro

Departamento de Jornalismo
Chefe: Prof.^a. Thaís de Mendonça Jorge
Subchefe: Prof. Paulo Roberto Assis Paniago

Coordenador de Graduação:
Prof. Paulo Roberto Assis Paniago

Endereço
Campus Universitário Darcy Ribeiro,
Faculdade de Comunicação, ICC Ala Norte
CEP: 70.910-900 Brasília-DF
Tel: (61) 3107-6520 | fac.unb.br

O SOL É PARA TODOS?

*Todo dia o astro-rei nasce e se põe em meio à
desigualdade, luta, solidariedade e esperança
no Sol Nascente/Pôr do Sol, a 32ª Região
Administrativa do Distrito Federal.*

SOL NASCENTE.

TEXTO: Alice Groth

FOTOS: Gabriela de Macêdo, Sthefany Rocha, Bianca Feifel, Ana Beatriz Assenço

DESIGN: Thaynara Costa

Antes área totalmente rural, hoje uma cidade em expansão. A 35 quilômetros do centro de Brasília e localizado entre os Setores P Sul, P Norte e Quadras QNQ da Ceilândia, o Setor Sol Nascente começou a ser ocupado de maneira irregular nos anos de 1990. O processo deu-se de forma contínua e acelerada, com condições mínimas de infraestrutura.

Na época, a região era ocupada basicamente por chácaras e nascentes de água. O nome, segundo a versão mais corrente, foi inspirado em uma dessas chácaras, uma propriedade que pertencia a uma família japonesa. O Sol Nascente seria uma referência ao Japão, a “terra onde nasce o sol”.

Somente em 2008 as duas grandes áreas que hoje compõem o território – Sol Nascente e Pôr do Sol – foram reconhecidas como setores habitacionais de Ceilândia. Por meio da sanção da Lei Complementar nº 785, as regiões foram transformadas em Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS).

Em 2019, a Lei nº 6.359 criou a Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol – RA 32, separando-a oficialmente da Região Administrativa de Ceilândia, a maior do Distrito Federal.

O Sol Nascente, por ser tão extenso, é dividido em três trechos: 1, 2 e 3. O Trecho 1 abrange a área que se estende do lado do setor P Sul até próximo à Feira do Produtor; o Trecho 2 começa nos fundos da Feira do Produtor e se estende até os fundos do setor P Norte; e o Trecho 3 termina ao lado do setor QNQ e do Setor QNR.



Foto: Gabriela de Macêdo

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021, da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), a população urbana da RA é de 93.217 habitantes, sendo 50,3% do sexo de nascimento feminino. A idade média das pessoas é de 28,6 anos e 53,9% dos moradores se consideram pardos, 30,3% brancos, 14% pretos e 1,4% amarelos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda per capita da região é de apenas R\$ 915, menos de dois terços de um salário mínimo (R\$ 1.412). Para a PDAD 2021, o salário médio da população é de R\$ 1.578,78 e a renda domiciliar estimada é de R\$ 2.188,30, considerando que cada casa possui uma média de 3,2 moradores.

O maior problema enfrentado pela população é a infraestrutura da cidade. Nas proximidades dos domicílios, 29,8% dos moradores responderam que havia entulho, 34,9% relataram existência de esgotos a céu aberto, 44,5% informaram que as ruas ficavam alagadas em ocasiões de chuva e 56% disseram que ruas próximas eram esburacadas.

A maior favela do Brasil

Com a divulgação de dados preliminares do Censo 2022, o Sol Nascente se tornou a maior favela do Brasil em número de domicílios. O posto era ocupado pela comunidade da Rocinha (RJ) desde o Censo de 2010. De acordo com o IBGE, o Sol Nascente/Pôr do Sol possui 36.283 domicílios catalogados pela pesquisa, apontando crescimento de mais de 30% em comparação com os dados de 2010.

A pesquisa também aponta um número maior de habitantes do que o registrado pela PDAD 2021: para o Censo, a região possui 101.866 moradores. Entre eles, está a dona de casa Maria do Socorro (41 anos). Nascida no Ceará, ela se mudou para o Trecho 2 em 2012. “Foi aqui que vi a oportunidade de ter a minha casa própria, na época era mais fácil para comprar e eu consegui. Sempre morei no mesmo lugar e gosto muito daqui, mesmo com as dificuldades que passávamos quando eu cheguei”, relata.

Ela relembra que 12 anos atrás a região tinha muito mato e pé de abacate, nenhum sinal de saneamento básico e nem asfalto. “Água, luz... tudo era na gambiarra. Foi muito difícil”. Hoje, Maria reconhece como a cidade mudou: “as ruas têm bloquete, já temos saneamento básico, conta de água e de luz. O Sol Nascente cresceu muito, temos uma avenida comercial grande e bem movimentada. Isso melhora a vida dos moradores, surgem mais empregos”.

A moradora diz que não concorda com o título recém atribuído à cidade pelo Censo. “É muito diferente do Rio de Janeiro. Lá tem favela mesmo, com vielas, os becos são horríveis. Aqui ainda tem muita rua que não tem saneamento básico, bloquetes e nem asfalto, mas eu acho que tem muitos lugares piores”.

O administrador do Sol Nascente/Pôr do Sol, Cláudio Ferreira Domingues, também discorda da designação dada pelo IBGE. “Se você comparar a Rocinha com o Sol Nascente, vê que aqui é totalmente diferente. O próprio presidente Lula quando esteve aqui no lançamento da pedra fundamental do Instituto Federal de Brasília (IFB) declarou que ele não considerava aqui uma favela, uma vez que a região está mais avançada que muitas cidades que tem por aí no interior do país”.

Cláudio é o segundo administrador do Sol Nascente. O advogado nasceu, cresceu e vive até hoje na Ceilândia. Está no cargo desde o final de 2022, por indicação do governador Ibaneis Rocha (MDB). Antes, já o havia ocupado entre 2020 e o início de 2022. Segundo ele, a região está “passando por uma revolução nos últimos anos” e hoje é um dos maiores canteiros de obras do DF.

“O governo está investindo mais de 630 milhões em obras de infraestrutura, instalação de rede de esgoto, águas pluviais, calçadas, bloquetes, iluminação. Nós temos agora terminal rodoviário e restaurante comunitário no Trecho 2. A Casa da Mulher Brasileira deve ser inaugurada em breve, para dar apoio às mulheres em situação de violência. No Trecho 1 uma escola já começou a ser construída, que foi muito pedida pela comunidade. Temos também a previsão da construção de uma delegacia própria do setor e um batalhão do corpo de bombeiros, além de um novo Instituto Federal na região”, afirma.



Foto: Ana Beatriz Assenção

Quando se percorre a cidade, é visível a diferença entre o primeiro e o terceiro trecho do Sol Nascente. O Trecho 3 é a área com mais problemas em relação à infraestrutura. Segundo o administrador, com as obras do GDF a região já está recebendo melhorias. A promessa é de que as ações sejam concluídas em 2025.

O Pôr do Sol também tem suas particularidades, que envolvem questões de preservação ambiental. Recentemente, a área obteve autorização para receber obras.



Foto: Sthefany Rocha

A região é menor, mas apresenta as mesmas dificuldades enfrentadas pelos moradores do Trecho 3. “A licitação que vai escolher a empresa para fazer o projeto de execução das obras já está na fase final. Concluindo essa etapa, uma nova licitação será aberta para as ações definitivas”, explica o administrador.

O mesmo acontece com a Fazendinha, território um pouco afastado do Trecho 3 e que está localizado dentro de uma Área de Preservação Permanente (APP). O governo estuda como pode melhorar a situação da região, que é muito precária, sem prejudicar o meio ambiente.

A própria sede da Administração Regional do Sol Nascente/Pôr do Sol também sofre com falta de estrutura. Localizada no Trecho 2, a área é provisória e foi construída com tapumes e madeira para abrigar o órgão quando a 32ª RA foi criada, em 2019. Antes disso, o terreno era um canteiro de obras da Caesb. Com a pandemia de covid-19, o projeto de construção definitiva da sede sofreu atraso. Agora, está em processo de licitação e a previsão de entrega é em 2026.

A fome mora ao lado

Quase metade dos moradores do Sol Nascente/Pôr do Sol não têm acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade

suficientes. A PDAD 2021 revelou que 49,8% da população estava em situação de insegurança alimentar nos três meses anteriores à data da entrevista, seja esta leve, moderada ou grave.

Segundo o IBGE, a insegurança alimentar leve caracteriza-se pela preocupação com o acesso aos alimentos no futuro. No segundo nível, de insegurança moderada, já há uma quantidade restrita de alimentos. A insegurança grave aparece quando se passa por privação severa na alimentação, podendo chegar à fome.

É neste último nível, o mais preocupante, que 12,7% dos habitantes do Sol Nascente se enquadram, fazendo com que a RA ocupe o primeiro lugar no ranking de insegurança alimentar grave. O segundo lugar é do Itapoã, com 9,9%, quase três pontos percentuais abaixo do líder.

Susana Rodrigues (50 anos) é moradora do Trecho 3 desde 2013. Há quatro anos ela faz parte do Movimento dos Trabalhadores por Direitos do Distrito Federal (MTD-DF), coletivo que começou a atuar na região em 2019. Durante a pandemia do covid-19, o movimento fez ações de solidariedade e doações de cestas básicas.

“Escutar relatos de pessoas que estão passando por necessidade sensibiliza, mas presenciar é diferente. Nós fazíamos uma roda de leitura na mi-

nha casa de 15 em 15 dias. A ocasião sempre era seguida de um café da manhã. A gente começou a perceber que uma família, que mora muito próxima de mim, sempre pedia o lanche assim que chegavam e descobrimos que era porque eles não tinham nada pra comer de manhã”, conta.

Em julho, o Movimento inaugurou a Cozinha Popular Mara Maria de Jesus, localizada na mesma rua em que Susana mora. O projeto tem 150 famílias cadastradas e distribui marmitas toda quinta-feira, de 12h às 12h30. “É o horário que o corpo pede um alimento”, diz Susana, que agora é coordenadora pedagógica da cozinha. Mantida por meio de doações, a iniciativa pretende arrecadar mais contribuições e alcançar novos moradores, passando a funcionar mais vezes por semana.

A nutricionista e membro do MTD-DF Juliana Machado (30 anos) atua semanalmente na Cozinha e afirma que cerca de 70% das famílias cadastradas estão em situação de insegurança alimentar. “Uma cozinha popular em uma comunidade não vai resolver o problema como um todo, mas, enquanto tiver uma pessoa com o mínimo de insegurança alimentar, precisamos lutar”, reitera. Ela destaca que as marmitas são feitas com ingredientes in natura, sem nenhum ultraprocessado: “é isso que a gente quer para matar a fome da população”.

Criminalidade: aumento dos casos de violência sexual

A reportagem analisou dados criminais da região divulgados mensalmente pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF). Os números gerais de crimes têm diminuído anualmente, mas o aumento de casos de estupro chama atenção: em 2020, foram 26; em 2021, 32; em 2022, 38; e em 2023, 51. Entre 2023 e 2022, houve um salto de 34% de registros.

O Sol Nascente/Pôr do Sol ainda não tem uma delegacia própria. A 19ª Delegacia de Polícia Civil (DP) de Ceilândia, localizada no P Norte, é a responsável pela região, que também é atendida pela 23ª DP, e os 8º e 10º Batalhão da Polícia Militar (BPM).

Para o administrador, o aumento dos casos de estupro está relacionado ao trabalho de conscientização de violências que o governo tem feito juntamente com forças policiais, ONGs, associações e lideranças comunitárias. “Isso está empoderando e dando mais coragem para as mulheres denunciarem, aumentando a notificação dos casos. Ao mesmo tempo, quanto

Em nota à Campus Repórter, a SSP/DF informa que o combate à violência contra a mulher é uma das prioridades do “DF Mais Seguro - Segurança Integral”, programa que busca reduzir a criminalidade e a violência. O eixo “Mulher Mais Segura” é voltado para a proteção e o enfrentamento da violência contra a mulher, especialmente no âmbito doméstico e familiar. Uma das iniciativas do eixo é incentivar a denúncia como meio de interromper o ciclo de violência, aumentando a notificação de casos.

A Secretaria diz que tem investido na capacitação das forças de segurança, na melhoria dos equipamentos utilizados e na adoção de tecnologias avançadas para otimizar o trabalho policial. Em relação ao Sol Nascente/Pôr do Sol, o órgão afirma que houve queda de 20,4% nos Crimes Contra o Patrimônio (C.C.P), o que representa um total de 42 casos evitados. O índice de C.C.P da pasta considera as ocorrências de roubo a transeunte, roubo de veículo, roubo em coletivo, roubo em comércio, roubo em residência e furto em veículo.

Onde o Sol brilha mais forte

O Sol Nascente também pulsa esperança, solidariedade, liderança e protagonismo feminino. Localizada no Trecho 2, a Federação Habitacional do Sol Nascente (Fehsolna) é um agente do terceiro setor que fomenta o desenvolvimento social e econômico da comunidade. Criada em 1999, a instituição antes era chamada de Prefeitura Comunitária do Sol Nascente e transformou-se em Fehsolna em 2007.

Maria Aline Correia (34 anos) é arquiteta, gestora pública e diretora da Federação. Ela sempre foi o braço direito da mãe, a presidente Edilamar de Souza, e relembra a trajetória nos últimos 17 anos: “aqui era a nossa casa, minha mãe nos expulsou e tudo virou Fehsolna”, brinca. “Ela entendia que a associação teria que ir além de ajudar a população com cesta básica. A intenção era construir algo que proporcionasse o sustento de mulheres dentro de casa”.

Aline destaca que o projeto nunca teve a intenção de ser político, e sim social. “O espaço da



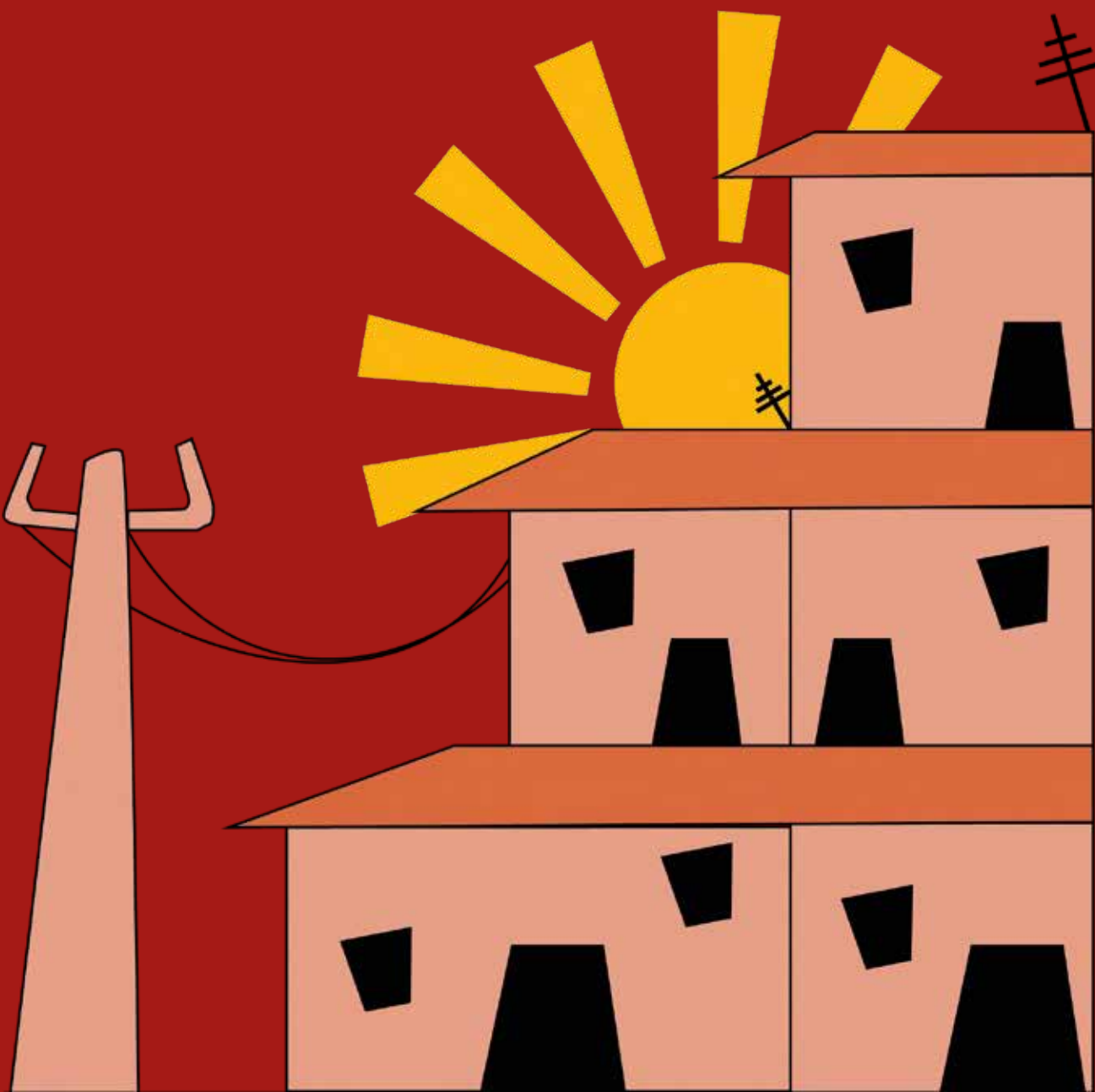
Fehsolna permite a troca de saberes ao mesmo tempo em que traz profissionalização e geração de renda para o público alvo, constituído em sua maioria por mulheres, chefes de família e responsáveis por muitas crianças”.

O carro chefe dos cursos oferecidos pela instituição é o ensino de corte e costura. Em 2019 foi criada a marca de roupas Raízes do Sol, com a intenção de competir no mercado e trazer autonomia financeira para as alunas. A partir da reutilização de jeans e outros materiais são feitas mochilas, bolsas, sapatos e outras peças de roupa. Oito toneladas de jeans já foram reciclados pelas costureiras, além de 10 toneladas de uniformes doados pela Neoenergia e pelo Corpo de Bombeiros.

A Federação também oferece cursos de pintura em pano de prato, tricô, crochê, bordado, manicure, pedicure, cabeleireiro, tranças e turbantes, horta comunitária, marmitas, doces, panificação, entre outros. O espaço tem uma sala de acolhimento para os filhos das alunas e também recebe aulas de jiu jitsu e futebol para esse público.

As formações duram em média três meses, com aulas totalmente gratuitas e de periodicidade semanal. Segundo Aline, ali transitam mais de 300 mulheres de segunda a sexta-feira e todas recebem um auxílio de custo médio de 150 reais, como um incentivo para comprar os materiais e começar o próprio negócio. “Queremos criar empreendedoras de comunidade. A gente brinca que empreender é de favela, então o nosso foco é esse. Atingindo as mulheres, que são em sua maioria chefes de família aqui na região, conseguimos mudar o contexto de todos em volta”, diz a diretora.

Leidiane Dias (35 anos) já fez cursos de manicure, design de sobrancelhas e maquiagem na Fehsolna. Estava finalizando o de tranças e turbantes quando conversou com a Campus Repórter. “A minha maior motivação é a minha filha. Ela tem o cabelo cacheado e eu aprendi pra fazer no dela. Graças ao curso de manicure, ganhei muito dinheiro trabalhando no final do ano passado. Espero que com essa nova forma-



ção seja igual”. Ela começou atendendo clientes a domicílio e agora oferece seus serviços em um espaço que divide com uma colega.

Aluna dos cursos de costura e cabelo, Rita Teixeira (60 anos), conheceu a Fehsolna através da irmã e da sobrinha e redescobriu uma motivação: “mudou totalmente a minha cabeça. Eu vivia chorando em casa e depois que entrei aqui sou alegre. Quero aprender para trabalhar, ganhar um dinheiro extra”.

A Fehsolna recebe incentivos governamentais, como emendas parlamentares vindas do senador Izalci Lucas (PL/DF), que garantem uma boa estrutura e o pagamento dos salários das professoras. Um novo espaço está previsto para ser construído, focado em ampliar conhecimentos de tecnologia e sustentabilidade na comunidade.

O Instituto Mais Vidas, na Fazendinha, enfrenta uma realidade diferente, mas desafia todos os obstáculos por um propósito maior. A líder comunitária Sandra Ribeiro Bento (52 anos) mora no Sol Nascente há 10 anos. Quando chegou na Fazendinha, tudo era mato: “só tinham seis casas. Hoje a comunidade já abriga mais de 500 famílias e todo dia aparece alguém novo”.

Com muita luta, Sandra conseguiu comprar um terreno e construir sua casa própria. A partir daí, vendo a quantidade de crianças que passavam muito tempo na rua sem perspectivas, resolveu que o trabalho social começaria com aulas de reforço escolar. Para isso, um pequeno galpão foi construído. “Deixei de colocar piso e reboco na minha casa para construir esse segundo espaço onde damos as aulas. Eu ainda devo dois mil reais da obra, não consegui pagar até hoje”, desabafa.

De segunda a sexta, 70 crianças e adolescentes da Fazendinha estudam português e matemática com a filha e a irmã de Sandra, que é professora. Duas freiras também ministram aulas voluntárias no espaço. São aceitos estudantes de sete a 14 anos e as turmas são divididas entre os turnos matutino e vespertino.

Nas noites de terças e quartas-feiras, a casa de Sandra ainda recebe 20 adultos para aprender a ler e escrever. Sandra Maria (39 anos) e Claudenia Araújo (50 anos) participam da turma há cer-



ca de dois meses e já querem que as aulas sejam ampliadas. “Nós estávamos conversando com a professora para aumentar a frequência das aulas para mais dias da semana. A gente fica tanto tempo sem estudar que esquece das coisas. É muito bom poder retomar, estamos gostando muito”, contam as amigas.

A entidade não tem fins lucrativos e sobrevive por meio de doações, que demoram a chegar. A fundadora teve que parar de trabalhar por causa de duas hérnias de disco e ganha um salário mínimo do INSS. Com o pouco dinheiro, Sandra paga as contas e ainda garante lanche para os alunos da manhã e comida para os da tarde.

Segundo ela, muitos moradores ao redor não têm o que comer. “Tem uma família aqui que sobe todo o dia para comprar o café da manhã e o almoço no restaurante comunitário, que fica no Trecho 2”. O trajeto a pé dura um pouco mais de uma hora e meia, de acordo com o Google Maps.

“Aqui é uma comunidade carente de tudo. Só alguns trabalham registrados, o resto são carroceiros, vivem de programas como o Bolsa Família e o Prato Cheio. Nós estamos na capital do Brasil, pra mim isso é lamentável. Eu vivo aqui e sei o que está acontecendo, não tenho vergonha de dizer”, narra a líder comunitária.

SEM ENDEREÇO,

SEM DIREITOS ←

Falta de regularização fundiária em Sol Nascente dificulta acesso à infraestrutura e outros serviços

TEXTO: Bianca Feifel
DESIGN: Amanda Peixoto

Mais de 93 mil pessoas (sobre)vivem em Sol Nascente, região administrativa (RA) do Distrito Federal. A maior parte delas sem a escritura dos terrenos em que construíram o sonho de ter um lar. A falta de regularização fundiária, além de afetar a segurança jurídica das famílias – que vivem amedrontadas sob ameaça constante de despejo – impede que a população tenha acesso a outros direitos básicos, como água potável, energia elétrica e esgoto tratado. Sem endereço, sem direitos.

“Tudo é terrível”, relata Andreia Lopes Mello, moradora do Trecho 3 de Sol Nascente, área que mais sofre com problemas de infraestrutura. “Não temos acesso à água, luz, esgoto. Tem a fossa. A luz e a água são no gato”, confessa. “Olha a poeira”, diz apontando para a estrada de terra que circunda seu terreno, “isso deixa tanta criança doente”. E mais: “Quando não é poeira, é a enxurrada que desce. Quando a energia acaba, todo mundo fica no escuro. E tem mães que têm crianças acamadas. É difícil”, lamenta a moradora.

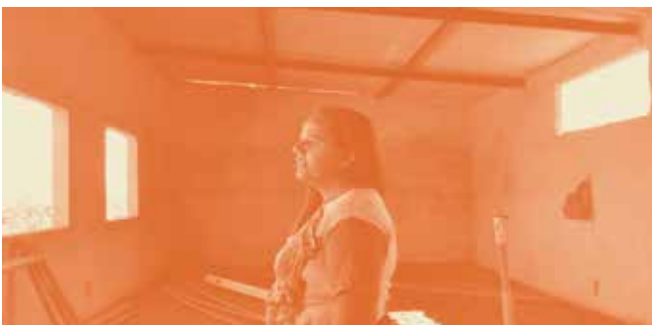
Uma das regiões administrativas mais novas do DF, Sol Nascente/Pôr do Sol foi desmembrada e declarada autônoma de Ceilândia em 2019. No entanto, sua história é muito mais antiga. Desde a década de 90, famílias ocupam terrenos no local. Andreia Mello vive há 20 anos na cidade, seis deles na comunidade Fazendinha, área mais carente do Trecho 3.



Rua que circunda a casa de Andreia Mello | Crédito: Alice Groth

Apesar do administrador da RA, Cláudio Ferreira Domingues, defini-la como “um dos maiores canteiros de obras dentro do DF” e afirmar que o local vive “uma revolução”, a infraestrutura não chega a todos. É como se houvesse duas cidades em Sol

Nascente: os Trechos 1 e 2, onde o asfalto, as obras e os equipamentos públicos chegam em alguma medida, inclusive com alguns terrenos já regularizados, e o Trecho 3, completamente à margem do processo de urbanização.



Andreia Lopes Mello em seu terreno na comunidade Fazendinha, uma das áreas mais carentes de infraestrutura de Sol Nascente | Crédito: Alice Groth

Diante da negligência estatal, a população de Sol Nascente, especialmente as mulheres, se organizam em movimentos sociais e coletivos que, por meio de ações de solidariedade, distribuem dignidade e esperança, às vezes em um prato comida, outras por meio de palavras de afeto e cuidado com as crianças.

Fora da poligonal

No DF, para que uma área seja regularizada e, assim, possa receber obras de infraestrutura, precisa estar dentro da poligonal, que define os limites de uma região administrativa. É nesse ponto que começam as disputas pelo projeto urbano em Sol Nascente.

O Trecho 3, incluindo a comunidade Fazendinha, ficou fora da poligonal no último Plano de Ordenamento Territorial (PDOT), norma que regula as ocupações urbanas e rurais no DF, aprovado em 2009. A lei deve ser atualizada a cada 10 anos, no entanto, o atual processo de revisão está em atraso e só deve ser finalizado em 2025. Enquanto isso, os moradores precisam esperar. Uma espera longa e angustiante.

“Nós estamos fora de tudo aqui, estamos jogados. Agora nada pode vir por causa [da revisão] do PDOT. Tudo o que a gente pede e vai atrás de melhoria para cá, a gente escuta: ‘não, tem que esperar o PDOT’, porque nós estamos fora da poligonal. Mas aqui tem ser humano, né?”, diz Andreia Mello.

A questão impacta inclusive o transporte escolar de crianças e adolescentes. Devido às condições precárias das estradas de terra que dão acesso ao Trecho 3, os ônibus escolares não conseguem chegar ao local. As máquinas que poderiam melhorar a qualidade das ruas também não chegam, já que não é permitido fazer obras em áreas fora da poligonal.

“O administrador disse que não pode descer máquinas, porque elas têm GPS e para essa área aqui não pode”, conta a moradora. “Quando nós fomos na administração ver a questão da estrada e do que seria feito de nós comunidade, o que foi dito é que eles não podem fazer nada.

Nem molhar a rua com o carro pipa não pode. Molham da esquina pra lá, mas aqui não pode, porque não está na poligonal”, relata em tom de revolta.

Pelo mesmo motivo, a maior parte dos moradores de Sol Nascente não tem acesso à água potável. Segundo dados inéditos levantados pelo grupo “Vida & Água para ARIS”, projeto da Universidade de Brasília (UnB), 52,6% da população da RA, o que equivale a cerca de 33.643 pessoas, não são atendidas

pelo sistema da Companhia Ambiental de Saneamento do Distrito Federal (Caesb)

O problema, no entanto, não é de simples solução. Para que uma área seja incluída na poligonal, precisa passar por uma série de avaliações, dentre elas de impacto ambiental e risco de desastres. É nesse aspecto que a regularização do Trecho 3 enfrenta uma série de empecilhos – o local abriga mananciais de água, além de áreas de proteção ambiental e de assoreamento do solo, que podem colocar a vida da população em risco em caso de desmoronamento de terra decorrentes de chuvas fortes.



Administração Regional do Sol Nascente e Por do Sol | Crédito: Gabriela Macêdo

Os moradores compreendem que não é possível permanecer nos locais em que há elementos naturais que precisam ser preservados ou naqueles em que há risco iminente de desastres, mas cobram soluções concretas da administração.

“O que vai ser feito de nós? Das mães que têm crianças especiais? Vão simplesmente desalojá-las? Colocar aonde? Elas vão ter que sair das casas delas e vão ser jogadas onde?”. Segundo Andreia, esses são

questionamentos que são feitos frequentemente à administração, sem respostas. “É o sonho e a moradia delas? A cama em que elas deitam? Como vai ficar? Não, isso nós não vamos aceitar. Se isso acontecer, nós vamos nos mobilizar”, promete.

De acordo com a moradora, vivem atualmente mais de 500 famílias na comunidade Fazendinha. O número de crianças, pessoas com deficiência e idosos acamados é alto.

“

Agora o local já tem vida, já tem sonho, já tem história. Nós sofremos e lutamos, demos nosso sangue para ter um teto. Mesmo que seja difícil, sem água, sem luz, tudo longe. Mas aqui está a nossa história”, defende Andreia.

Crédito: Alice Groth



Área de Regularização de Interesse Social (ARIS)

Desde 2009, com a aprovação do último PDOT, o território em que está localizado Sol Nascente/Pôr do Sol é uma das 56 Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS). Isso significa que, pelo menos na letra da lei, as pessoas que residem nestes locais estariam mais próximas de conseguir o registro de seus lotes.

“O Estado reconhece que esse território precisa ser regularizado para que a população que vive ali aglomerada tenha acesso ao direito à terra e à urbanização”, explica o professor do Departamento de Serviço Social da UnB e coordenador do projeto Vida e Água para ARIS, Perci Coelho de Souza.

Na teoria, essas áreas foram criadas com o objetivo de garantir “o direito à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, conforme explica a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

O PDOT define que as ARIS são territórios que reúnem assentamentos informais, ocupados predominantemente por população de baixa renda, até cinco salários mínimos – por isso, o caráter de “interesse social”. Algumas áreas habitadas por pessoas de renda média e alta também foram contempladas pelo esforço legislativo de possibilitar a regularização fundiária – são as Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINE).

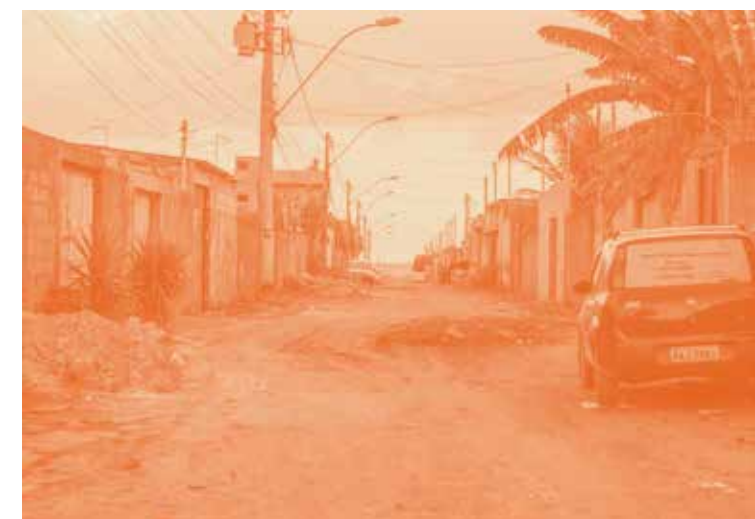
“As pessoas que vivem nas ARIS são legitimamente credoras do Estado”, defende o professor.

“E para além do lote em si, a gente defende a regularização como direito à cidade. Portanto, é mais do que a terra, é a terra urbanizada, ou seja, com todos os serviços, direitos e cidadania. Começa com o chão, mas é também saúde, educação, saneamento básico”, completa.

O que diz o governo?

A reportagem procurou a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab), órgão responsável pela regularização fundiária das ARIS, para entender melhor a demora na outorga das escrituras públicas dos terrenos em Sol Nascente. A Codhab também foi questionada em relação aos critérios adotados e ao orçamento disponível para a regularização da área, mas não se manifestou.

A Campus Repórter também entrou em contato com o Instituto Brasília Ambiental (Ibram), a quem compete o licenciamento ambiental no DF. O órgão não respondeu aos questionamentos da reportagem quanto às questões ambientais que impedem a inclusão de áreas do Trecho 3, como a comunidade Fazendinha, na poligonal da RA.



Sol Nascente é uma das regiões administrativas mais novas do DF; foi desmembrada de Ceilândia em 2019. Crédito: Gabriela Macêdo

Já a Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb) afirma que já investiu “mais de R\$ 58 milhões na implantação de rede de água e esgoto” em Sol Nascente. “Foram implantados 177 km de rede de água e 259 km de esgoto em toda a cidade, hoje habitada por mais de 92 mil moradores.

Atualmente, no Sol Nascente 23.185 imóveis estão ligados à rede de água encanada e 17.763 à rede de esgoto”, diz o órgão.

Em relação à comunidade Fazendinha, a Caesb aponta que está investindo R\$ 370 mil na construção de 4.100 metros

de rede de água no local, o que, segundo a Companhia, ligará 400 moradias ao sistema de abastecimento, beneficiando 1.600 pessoas. “Com essa obra, prevista para ser concluída em outubro, quase 100% dos moradores do Sol Nascente passarão a receber em casa água potável”, completa o órgão.



Caesb informou que iniciou obras para levar rede de água à comunidade Fazendinha | Crédito: Cristiano Carvalho/Caesb

As mulheres do Sol: solidariedade e organização popular

Em meio ao abandono da administração pública, a população de Sol Nascente se organiza em movimentos sociais e redes de solidariedade para levar apoio e dignidade àqueles que mais precisam.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do DF (MTST-DF) e o Movimento dos Trabalhadores por Direitos do DF (MTD-DF), duas organizações sociais que atuam nacional e localmente, instalaram cozinhas solidárias no Trecho 3 de

Sol Nascente. A ideia é garantir refeições nutritivas e saudáveis para a população que convive com a insegurança alimentar. Além da produção de marmittas, as entidades também cultivam hortas comunitárias.

Sol Nascente é a região administrativa do DF com maior índice de pessoas em situação de insegurança alimentar grave. 12,7% da população não têm o que comer, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), de 2021.

“Tem mãe, tem família que passa muita necessidade mes-

mo aqui. O nosso trecho é considerado o mais carente [de Sol Nascente]. Você já pensou em ir dormir e não ter o que comer, acordar com a barriga vazia? É muito triste, principalmente para as crianças”, relata emocionada Ana Cristina, moradora que coordena a Cozinha Popular do MTD-DF.

Segundo a nutricionista Juliana Machado, que também faz parte do projeto, o Trecho 3 pode ser considerado um deserto alimentar, uma área em que o acesso a alimentos in natura e minimamente processados, como frutas e verduras, é escasso ou impossível.



Moradora de Sol Nascente recebe marmittas produzidas na Cozinha Popular do MTD-DF | Crédito: Bianca Feifel

“Chegamos com a Cozinha com a expectativa de que a

Na comunidade Fazendinha, são as mulheres que se organizam para trocar ideias, estudar, plantar, cuidar dos filhos para que as outras possam trabalhar e realizar atividades que tirem as crianças e os adolescentes das ruas. O coletivo Mulheres do Sol, criado durante a pandemia, tem 30 integrantes que se reúnem em rodas de conversa a cada 15 dias.

O grupo surgiu a partir de um curso de alfabetização para adultas promovido pela Universidade Católica de Brasília (UCB). As mulheres que hoje integram o coletivo estudaram e se formaram juntas. É uma trajetória pavimentada por muito suor e afeto. Além das aulas, as freiras incentivaram as trocas em rodas de conversa.

“No primeiro momento, a gente partilhava as feridas. Nosso


dia a dia de mãe, mulher. Os ciclos de violência e agressão que a gente vivia. Começamos a colocar isso pra fora. E assim fomos percebendo que não somos obrigadas a viver assim”, conta Andreia Mello, uma das líderes do coletivo.

Hoje, os encontros são de alegria. Além das conversas, o grupo já promoveu oficinas de produção de buchas e de prática de ioga. Agora, com a construção da sede física do coletivo, a ideia é expandir as atividades, promovendo aulas de dança, de grafite e de panificação. Para as crianças, a ideia é oferecer reforço escolar e aulas de violão e informática. Tudo gratuito.

Tatiane Araújo é uma das integrantes do coletivo. Aos 37 anos, quatro deles vivendo na Fazendinha, ela tem dois filhos, um deles no espectro autista. A mãe participa do grupo desde que se mudou para

Sol Nascente. Os desafios são grandes mas, segundo a moradora, os encontros de mulheres a ajudam a se manter firme. A atividade que ela mais gosta de realizar é cuidar da horta comunitária.

“É uma terapia”, descreve. “Para a gente que tem depressão e essas doenças, é uma terapia ocupar a mente. Não ficar dentro de casa, pensando besteira. Plantar é muito bom, e depois também a gente tem uma alimentação saudável, sem agrotóxicos. A saúde é a gente que planta e colhe. É muito amor envolvido”, finaliza Tatiane. São as Mulheres do Sol irradiando esperança para dias melhores.



Evasão ou expulsão: por que alunos do Sol Nascente deixam a escola?

***Infrequência escolar na região triplica de 2022 para 2023,
aponta dados da Secretaria de Educação do Distrito Federal***

TEXTO: **Ana Beatriz Assenço**

FOTOS: **Ana Beatriz Assenço, Gláucia Porfíria**

DESIGN: **Fabício Freitas**

Com uma distância de 30 km do centro da capital do Brasil está o Sol Nascente, que atraiu a atenção de todo o país por ter sido considerado a maior favela em território nacional, segundo dados do Recenseamento Nacional de 2022. A região forma uma área de mais de 4 mil hectares, indica dados coletados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). O Sol Nascente fica marcado pelos seus problemas com infraestrutura básica para atender os moradores. A educação é um deles. Números da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE-DF), divulgados por meio da assessoria de imprensa, mostram que a infrequência escolar subiu de 13 alunos em 2022, para 62 durante o ano letivo de 2023.

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra por Domicílios (PDAD), de 2021, metade da população do Sol Nascente, entre 4 a 17 anos, não frequenta a escola, com 36% crianças entre 4 e 5 anos e 18% formados por adolescentes de 15 a 17 anos. Além disso, 21% da população acima de 25 anos não têm o ensino fundamental

completo. Neste nível, a comunidade é atendida por sete escolas públicas, a Escola Classe JK, Escola Classe 66, Escola Classe P Norte, Escola Classe Córrego das Corujas, Centro de Ensino Fundamental 28 de Ceilândia, Centro de Ensino Fundamental 32 de Ceilândia e Cepi Jandaia. Alunos que precisam cursar o ensino médio precisam se deslocar para outra região administrativa do DF.

Em 2018, com a tentativa de resolver o problema da evasão, o Governo do Distrito Federal, em parceria da Codeplan (que coletou os dados) e a SEE-DF, publicou uma cartilha sobre análise da evasão escolar no DF e possíveis melhores maneiras para ela ser combatida. Entre os principais motivos de evasão estão questões pessoais do estudante, como gravidez, problemas de saúde e aspectos sociais, dentre eles, condições financeiras, distância e trabalho infantil.

A pedagoga e voluntária da ONG Federação Habitacional do Sol Nascente (Fehsolna), Marta Conceição, diz que há casos de membros em situação de vulnerabilidade que têm dificuldade em matricular seus filhos em escolas próximas. “A gente tem um caso específico de uma mãezinha que a gente estava ajudando. O marido era daqueles que só ameaçava ela de matar. A gente ajudou e tudo. Assinou a polícia, assinou o Conselho... aí essa mãezinha ficou de matricular a criança que já está em tempo de alfabetização e não se matriculou”.

O grau de escolaridade das participantes do curso e das crianças atendidas é medido a partir de um relatório produzido pela pedagoga Conceição “tem gente que fala que cursou até o terceiro ano, mas eu acho que nem foi tudo isso”. Em busca de resolver o problema, Conceição explica que está criando um projeto voltado para educação de jovens e adultos com a parceria de outra organização.

“Eu conheço muitos casos assim de pessoas que não querem ir para a escola. Parou no sexto ano e tem as filhas das vizinhas que estão no sexto ano e não querem mais saber disso. Não querem saber disso. E isso é ruim”.

Conceição atua na Fehsolna desde 2019, cuidando de filhos das membros da ONG para que elas possam concluir o curso com tranquilidade. Durante esse período com as crianças, promove atividades pedagógicas, com reforço escolar, como forma de incentivo aos estudos. “Eu passo vídeo, passo coisas para eles se associarem melhor”, explica. Mesmo atendendo todas as crianças com todos os recursos disponíveis, Conceição explica que não é eficaz. “As crianças que eu atendo, têm idades seriadas. Então assim, quando eu dou atenção pra um dos outros já vão desmembrando. Eu não consigo passar o que realmente é necessário para cada um”, lamenta.

Foto: Gláucia Porfíria



Abandono ou falta de alternativas?

Mônica Caldeira, Diretora do Sindicato de Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), afirma que não se trata de um abandono escolar por opção do aluno e sim sobre uma expulsão do estado: “Quando o estado não oferece alternativas para a permanência da criança e do adolescente na escola, ele acaba o expulsando”. Durante toda entrevista, a professora e também coordenadora da Secretaria de Mulheres do Sindicato, sempre opta por usar o termo “expulsão” ao invés de “abandono” escolar. “Aquele setor [Sol Nascente] fica à mercê de lideranças comunitárias e de igrejas para as pessoas conseguirem apoio em algum lugar de alguma forma, né? Então é o povo por si dentro do Sol Nascente. E a escola é o único lugar em que você olha e fala assim ‘tem um governo, tem um estado aqui’”, explica Caldeira.

Os dados do Censo Escolar do Distrito Federal, divulgados em 2022, mostram que os alunos do Sol Nascente deixam de continuar os estudos durante o 9º ano do ensino fundamental, com taxa de quase 10% de evasão dos alunos que cursam a série. Durante o Ensino Médio, a maior taxa de desistência acontece durante o primeiro ano, em que os estudantes chegam para a fase final da escola. Caldeira apontou que uma das alternativas para que os alunos continuem estudando seria voltada à mobilidade e alimentação. “O transporte é muito importante. A falta dele tira pessoas da escola. Tem pessoas que não conseguem ir [para a escola sem o ônibus].”

O Censo Escolar mostra que, na taxa de abandono de escolas do Sol Nascente na Educação para Jovens e

Adultos (EJA), a desistência chega a quase 50% dos estudantes, somados o 1º e 2º segmento, além de carregar uma grande porcentagem de reprovação, com mais da metade dos estudantes. Esse é o caso de Emily Araújo, 29 anos. Atualmente desempregada, ela cursava o primeiro segmento da EJA, e quando estava prestes a entrar para o segundo desistiu. “Eu me senti triste né. Fiquei, assim, decepcionada comigo mesma. Porque o meu foco era aquele de terminar de estudar. Estudar e fazer um concurso pra mim.”, lamenta.

A moradora da Fazendinha, no trecho três do Sol Nascente, lamentou a questão da distância e da segurança, pois saía da escola por volta das dez horas da noite e voltava a pé para casa, em uma caminhada de aproximadamente 2 km.



Foto: Ana Beatriz Assenção



Foto: Ana Beatriz Assenção

“Eu parei porque era muito longe, pra eu subir sozinha e voltar só era perigoso. Por causa da segurança, né?”. Quando o assunto é escola e a educação, Emily sempre fala com brilho no olhar e diz que pensa na possibilidade de retomar os estudos. “Eu falei para minha sogra que eu estava querendo voltar a termine meus estudos pra fazer um concurso público”.

Sem ânimo e sem liberdade

T. (identidade não revelada para preservar a segurança da fonte), de 17 anos, interrompeu os estudos quando teve que cuidar de sua mãe, porque ela passava por uma gravidez de risco. Tomou a decisão com 12 anos, percebeu que não estava mais motivada com os estudos. “Eu parei primeiro porque minha mãe estava grávida da minha irmã. A gravidez foi difícil. Eu tinha que ficar em casa cuidando dela [irmã]”. Moradora do trecho dois do Sol Nascente, ela estudava em uma em uma escola na região do P Sul, em Ceilândia. Depois da situação com a mãe, ao retornar para a escola, T. notou que não se sentia bem dentro do ambiente escolar. “Eu perdi a vontade de estudar e não fazia nada, só ficava lá, prestando atenção. Eu comecei a não gostar mais de ir, porque eu ficava com crise de ansiedade”. A adolescente explica que repetir o sétimo ano e o nono ano do fundamental três vezes também a fez perder mais a motivação dentro da escola.

Membro da Fehsolna, estava acompanhada de sua filha de apenas 9 meses. T. explica que a gravidez aos 16 anos também foi um dos motivos que fez com que ela nem chegasse a cursar o ensino médio. Ela faltava no começo por conta dos enjoos e do desconforto em sala de aula. Agora, depois que sua filha nasceu, ela não consegue ir à escola. “Este ano eu também não pos-

so estudar porque não tem ninguém que fique com ela. O pai dela trabalha, minha mãe também trabalha e não pode ficar com a criança”.

A adolescente diz que por conta das crises de ansiedade e de pânico que sentia dentro da escola, o sentimento foi de alívio quando parou de estudar: “Foi um alívio, porque toda vez que eu chegava lá eu me sentia presa. Literalmente, de fato, [a escola] parece uma cadeia, você não pode beber água, não pode ir ao banheiro. É obrigado a fazer as coisas.”. T. reclama de como as atividades eram passadas e de como funcionava a organização da escola. “Tem uma matéria no meu caderno, do ano retrasado, é só de resposta. Não tem nenhuma atividade, é só resposta. Porque os meninos ficavam na minha frente e eu não conseguia fazer.”

Ela comenta que pretende voltar para a escola e terminar os estudos, pelo EJA, mas não sente vontade de procurar um ensino superior: “Só terminar a escola, porque curso mesmo eu estou fazendo aqui [risos]”. Dentro da Fehsolna participou de cursos ligados à estética feminina, como de manicure e cabeleireiro. Ela pensa em trabalhar com algo relacionado a cabelo ou manicure no futuro. “Depende qual que vai ser o certo pra mim. Porque tipo, eu gosto bastante de cabelo, mas também eu gosto bastante de unha. Mas também eu gosto bastante de outras coisas. Então fica na dúvida.”

A educação resiste a qualquer custo

Em 2005, com o objetivo de diminuir a evasão escolar e trazer um incentivo positivo para crianças e adolescentes da região, a moradora e professora Margarida Minervina fundou a Associação Despertar da Sabedoria, que fornece reforço escolar e atividades culturais, com incentivo à leitura e artes. Durante a visita à associação, quem nos recebeu foi sua filha, a também professora Paloma Mel. Ela relata que a história do despertar da Sabedoria, coincide com o começo da história do Sol Nascente.

A Associação funciona em uma casa logo no início do trecho três da região, já asfaltada com ladrilhos. O ambiente interno tem uma cozinha para fazer lanche e merenda para as crianças e um escritório administrativo. Há também uma pequena biblioteca no local, com acervo formado a partir de doações voluntárias, e dois computadores antigos inutilizados. Os livros, mangás e história em quadrinhos estavam catalogados. O quintal da casa serve como a sala de aula, com um quadro de giz branco e cadeiras escolares voltadas para o quadro em formato de círculo.

Paloma Mel é quem gerencia a associação atualmente. Explicou que ela existe desde o surgimento da região administrativa, com o propósito de tornar democrático aspectos e

necessidades comuns que precisam existir em qualquer bairro. “Percebemos que existia um déficit educacional e social, e aí nos organizamos para ter possibilidade de cultura, lazer e educação.”. A professora apontou outros motivos para montar a associação, como a evasão escolar de crianças. “Não existem muitas escolas aqui no Sol Nascente, e muitas crianças precisam estudar na Ceilândia ou em Taguatinga, e os ônibus vão até certo ponto”, afirma.

As atividades na associação representam uma troca de conhecimento. Crianças com idade de quatro a doze anos recebem oficinas pedagógicas organizadas pelos alunos adolescentes, que, a partir de doze anos, se tornam monitores



À direita Paloma Mel, que gerencia o Despertar da Sabedoria e a esquerda Kátia da Silva, voluntária e mãe de Ronaldo.
Foto: Gláucia Porfíria



e voluntários e passam a contribuir com a parte pedagógica da organização. “Os adolescentes ficam responsáveis por cuidar de demandas pedagógicas, de limpeza e da cozinha. De segunda a sexta-feira eles ficam responsáveis por montar essa agência”, diz Mel.

Ronaldo Rodrigues dos Santos, 16 anos, é estudante e aluno voluntário do Despertar da Sabedoria. Ele começou como aluno de reforço aos quatro anos. “Além da aprendizagem, lá tem a questão de aprender a se relacionar e a conversar com as pessoas”, comenta o estudante. Ronaldo explica que as aulas montam uma

programação temática para os alunos mais novos da associação, de acordo com o período do ano. “Eu sempre tento planejar algo diferente para as aulas. No dia das mães eu planejei algo para as crianças fazerem às mães delas. Elas se empolgam e a aula fica massa”. E agora, no ensino médio, além de monitor da associação, Ronaldo atua nas redes sociais da Associação como fotógrafo. “Eu pretendo seguir a carreira porque é um hobby que eu gosto bastante. No meu ponto de vista acredito que com a fotografia venha a dar certo”, relata.

O que diz a Secretaria de Educação?

Em resposta à Campus Repórter, a Secretaria de Educação do DF salienta em nota que a infrequência escolar pode acontecer por dois motivos: abandono ou evasão escolar. O abandono consiste quando o aluno não cumpre a quantidade necessária de presenças na aula. A evasão consiste no momento em que o aluno não decide se matricular no ano seguinte ao cursado, independente de ter sido aprovado, reprovado ou abandonado.

A Secretaria garante, por meio da nota, que existem medidas de incentivo à educação como a criação da Comissão Especial para operacionalização da Busca Ativa Escolar, instituída em junho de 2023.

“O objetivo da comissão é elaborar estratégias e estabelecer ações para operacionalizar a Busca Ativa Escolar no âmbito da SEE-DF, em conjunto com o Governo do Distrito Federal, o programa de busca ativa escolar do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)”.

Além disso, o órgão afirma que monitora casos de infrequência escolar de acordo com a portaria nº 33 de 2020, que tem como objetivo

“identificar estudantes infrequentes; identifi-

car as causas da infrequência; monitorar os encaminhamentos realizados pelas Unidades Escolares CREs e reduzir as taxas de infrequência e, por conseguinte, de abandono e de evasão escolar.”

Duas escolas, das sete que existem dentro da região, foram entregues durante o mandato do governador Ibaneis Rocha, desde 2019. Além disso, a secretaria afirma que a educação do Sol Nascente foi impulsionada com um aporte de mais de R\$30 milhões. Em abril de 2024, o Governo Federal inaugurou a pedra fundamental do primeiro Instituto Federal do Sol Nascente (IFB), localizado na chácara do Padre, no trecho dois da região, próximo ao restaurante comunitário e ao terminal rodoviário da região administrativa, com uma área de 17 mil metros quadrados. A previsão de entrega é de um ano.

“Ano que vem eu quero estar aqui no Sol Nascente para fazer a aula inaugural do novo Instituto Federal de Brasília”, diz o presidente Lula.

A pedagoga Conceição vê a inauguração do IFB com esperança: “Uma nova extensão do IFB. Eu achei muito legal isso. Olha o tanto de pessoas que vai poder estudar do lado de casa.” Paloma Mel, da Associação Despertar da Sabedoria

observa que o IFB será um passo crucial para uma “educação inclusiva, reduzir desigualdades e criar um futuro mais promissor para a comunidade”. Caldeira, diretora do Sinpro-DF, acredita que outras questões deveriam ser prioridade na região: “É um escárnio para aquela população fazer a inauguração de um Instituto Federal de Nível Superior, sendo que lá não tem um médico”. Ronaldo, da ONG Despertar da Sabedoria, e T., membro da Fehsolna, não sabiam que haveria a construção de um Instituto Federal no Sol Nascente.

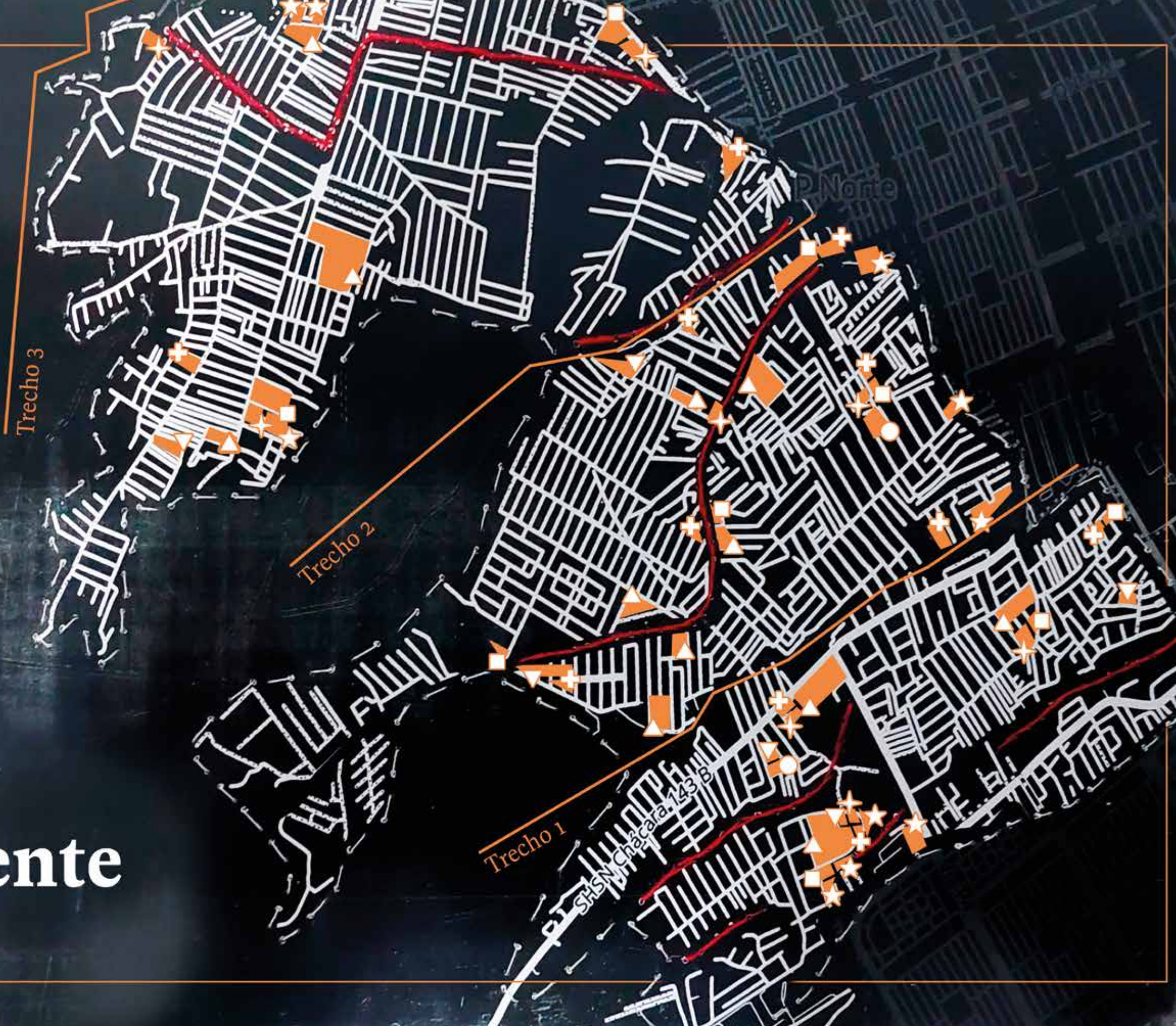
Foto: Ana Beatriz Assenço



- ✚ Saúde
- Segurança
- ✦ SEDEST
- ▲ Educação
- Esporte
- ▼ Cultura
- ★ Institucional

Sol Nascente

Distrito Federal



TRANSPORTE À MARGEM



Com pouca infraestrutura na cidade, moradores precisam se deslocar a pé devido a falta de ônibus entre os trechos da cidade

TEXTO: **Diogo Albuquerque**
FOTO: **Gabriela de Macêdo**
DESIGN: **Luane Maria Ferreira**



*Quantidade de ônibus escolares é insuficiente para atender as crianças da região.
Foto: Diogo Albuquerque*

Andreia Lopes é moradora do Sol Nascente desde 2006. Aos 40 anos, é mãe de quatro filhos com idades entre 2 e 16 anos, o que lhe garante o direito ao benefício do Bolsa Família. Em 2018, Andreia passou a morar na Chácara 84 da cidade, região que é mais conhecida por 'Fazendinha', comunidade localizada no trecho 3, já nos limites da cidade. A rua é estreita, sem asfalto ou qualquer tipo de infraestrutura. Durante a época de seca, a população sofre com a poeira. Já durante o período chuvoso, é a lama que toma conta da rua.

Em meio a esse cenário, Andreia percebeu que diversas crianças uniformizadas passavam caminhando em frente à casa dela logo cedo pela manhã, às 6h, subindo a rua com material escolar. A situação se repetia todos os dias, e logo chamou a atenção dela, que também precisava levar os filhos à escola. "É muito sofrimento você ver uma criança cedo, de madrugada, subir cinco quilômetros a pé para chegar em uma escola. A criança só quer estudar, chegar limpa. Quer ter dignidade", desabafa. O trecho 3, que é o mais carente da região, termina ao lado do setor Quadra Norte Q 9 (Q9) e do Setor QNR 10. No local, não há acesso à água potável, energia e saneamento básico, como também é precário a ausência de equipamentos públicos de educação.

TRANSPORTE ESCOLAR



*Andreia é uma das líderes comunitárias do trecho três do Sol Nascente.
Foto: Diogo Albuquerque*

Atualmente, a única escola localizada no trecho 3 é a Escola Classe 66. Outras, como as Escolas Classes 65 e 68, e os Centros de Ensino Fundamental 16, 27 e 28 também atendem as crianças que moram no Sol Nascente, mas elas ficam localizadas na Ceilândia, região administrativa mais antiga, com mais habitantes e melhor infraestrutura. "Tem muita criança e elas precisam se deslocar pra longe", reforça Adriana. A distância entre o trecho 3 e a Escola Classe 66 é de aproximadamente 1,5km. A subida é íngreme, com muita poeira e buraco pelo caminho.

Junto a amigos e vizinhos da comunidade, Andreia então começou a buscar os direitos das crianças e percebeu que, devido à distância, elas tinham direito ao transporte escolar gratuito.

“Daí eu comecei. Falei com um colega meu, que me disse para ver na regional de ensino qual o processo, do que precisava, quais os documentos... E aí fomos mexendo, mandando fotos e vídeos dos meninos subindo. Gravamos alguns falando que não queriam mais ir à escola e percebemos que eles realmente estavam deixando de ir. Mesmo assim, foram muitos ‘nãos’ até a gente de fato conseguir que eles liberassem o primeiro ônibus”, relata.

O primeiro ônibus escolar começou a operar no trecho 3 em 2022. A partir daí, Andreia fez, junto aos vizinhos, um levantamento por conta própria do total de crianças do local, para conseguir que mais ônibus fossem liberados. De acordo com ela, 170 crianças moravam na região em 2023. Mesmo com o aumento entre os anos, Andreia conta que foi preciso organizar uma manifestação na comunidade para pressionar pela liberação de mais veículos. O Governo do Distrito Federal (GDF), então, liberou mais três ônibus em 2023.

No entanto, a queixa de Andreia é que este número de ônibus é insuficiente para atender toda a região, visto que a quantidade de crianças aumenta a cada ano. O tempo de inclusão de cada criança no transporte também tem sido alvo de reclamação da vizinhança. Normalmente, o processo que leva três dias tem durado mais de um mês. Hoje, 14 crianças ainda aguardam ser

incluídas na lista do transporte. Enquanto isso, elas precisam enfrentar longas caminhadas diárias ou depender de carona.

Como funciona o processo

O transporte escolar gratuito é um serviço oferecido pelas Coordenações de Ensino aos alunos da rede pública que moram em trechos urbanos ou rurais em que não haja transporte público coletivo. Para que uma criança seja incluída no transporte escolar gratuito, a mãe precisa entrar em contato com a direção da escola na qual o filho estuda para fazer a solicitação. Depois, a escola é responsável por mandar a documentação para a Coordenação Regional de Ensino, que por sua vez analisa e inclui os dados no Sistema Eletrônico de Informações do GDF. Esse processo, de acordo com Andreia, leva três dias.

Porém, ela reclama que nos últimos meses o processo tem ficado parado ao chegar na Regional. As mães levaram o problema junto à Ouvidoria e ao Conselho Tutelar, mas não obtiveram sucesso. Andreia decidiu levar o caso à Secretaria de Educação (SEE-DF) e só então conseguiu visibilidade.

De acordo com dados que constam na plataforma on-line da SEE-DF, o transporte escolar conta com 703 veículos em todo o Distrito Federal, dos quais 536 são de gestão e operação da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB) e 167 são de frota própria da pasta. Os ônibus atendem, atualmente, um total de 63.982 estudantes de 14 coordenações regionais de ensino. O valor investido no programa em 2022 foi de pouco mais de R\$161,3 milhões.

Apesar disso, em meio a burocracia e à demora na inclusão das crianças no transporte escolar, Andreia conta que faz o que pode para ajudá-las. “Quem tá de fora, não tem noção da luta. As crianças que estão na fila esperando o transporte infelizmente ainda precisam ir a pé. Aqui a gente conta muito com apoio dos vizinhos. Quando alguém passa, a gente pede carona, bota dentro e vai. O transporte escolar é uma necessidade.”



Atualmente, apenas quatro ônibus descem até a Fazendinha.
Foto: Diogo Albuquerque

LUTA DIÁRIA

O dia começa antes mesmo do sol nascer para Antônia Ramos. Mãe, 39 anos, diarista. Às quatro horas da madrugada, ela se levanta, toma banho e se arruma. Passa um café forte, como diz, para se manter desperta. Às 4h45, Antônia sai de casa, no trecho 3, e sobe a pé por um caminho de aproximadamente um quilômetro e duzentos metros até chegar no mercado ‘Trem Bão’, ponto de referência da cidade e parada de ônibus. O percurso dura 15 minutos, e, além do chão esburacado e sem asfalto, ela enfrenta também a insegurança da região. “Por conta das obras aqui, os ônibus não estão mais descendo até o trecho 3, então a gente precisa ir a pé. Como eu ando rápido com o meu marido, que também anda quase correndo, eu gasto 15 minutos”, diz.

Já na parada, às 5h10 ela pega a linha 906, com destino à rodoviária do Plano Piloto. Como o ônibus sai do terminal QNR de Ceilândia, Antônia pega o transporte já lotado e precisa ir em pé. Normalmente, a viagem dura em torno de 45 minutos, uma vez que o ônibus segue pela BR-070. Depois de cruzar a cidade, Antônia chega na rodoviária do Plano Piloto por volta de 6h. Da rodoviária, ela precisa pegar mais um ônibus para chegar no trabalho, que fica no Jardim Botânico. Uma hora depois, às 7h, Antônia desembarca, caminha por mais 15 minutos e, enfim, chega às 7h20 no Condomínio Solar de Brasília para iniciar seu dia de trabalho.



Esse é o trajeto que Antônia faz uma vez por semana, todas as terças-feiras. Para ela, o transporte público deixa a desejar, e a sensação descrita por ela é de esquecimento e de humilhação. “É muito comum os ônibus quebrarem no meio caminho, acontece pelo menos uma vez a cada 15 dias. Quando não é algum problema no motor, são as catracas que não funcionam de jeito nenhum, aí somos obrigados a descer e esperar outro ônibus. Acho humilhante e uma falta de respeito pagar uma passagem cara e eles não colocarem mais linhas, principalmente pra gente que mora mais pra baixo”, critica a diarista. Nos dias em que o transporte quebra, ela relata que chega no trabalho às 8h30.

Antônia mora no Sol Nascente há 11 anos, desde 2013. Mudou-se de Taguatinga porque não conseguia mais arcar com o alto valor do aluguel e estava, há época, desempregada. Encontrou na mais nova cidade em desenvolvimento, então, uma oportunidade, e, junto com a família, comprou um lote onde construiria uma casa. Composta por dois filhos, um rapaz de 16 anos e uma menina de 11, e o marido, servente de pedreiro, a família tem uma renda média de R\$500 per capita, o que é pouco mais do que um salário mínimo. O trabalho que Antônia realiza há três anos como diarista ajuda a compor a renda familiar. Do serviço de faxina, ela ganha R\$220 por diária.

“É como se fosse outra realidade”

Depois do dia intenso de trabalho, Antônia começa o percurso de volta para casa, que dura em torno de 2h30. A reportagem acompanhou o trajeto junto com a diarista. Ela trabalha no Condomínio Solar de Brasília, localizado no Setor Habitacional Jardim Botânico, que fica há aproximadamente 48 quilômetros de distância de onde mora. O condomínio é composto por casas de alto padrão, com ampla área de natureza e espaço para lazer, realidade que é diferente do que Antônia está acostumada.

De acordo com um levantamento publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2023, a região administrativa é a terceira mais rica do Distrito Federal, com renda média de R\$12,4 mil. Ela fica atrás apenas do Lago Sul, que aparece em primeiro lugar do ‘Mapa da Riqueza’, e do Lago Norte, em segundo. A renda média per capita da família de Antônia é quase 25 vezes inferior à renda média per capita de uma família da região.

Antônia leva quase quatro horas para chegar ao trabalho.
Foto: Diogo Albuquerque.

Às 15h, ela deixa o condomínio e se desloca para a parada de ônibus, onde pega o transporte em direção à rodoviária do Plano Piloto. Vinte minutos depois, desembarca e pega o metrô, já às 15h50. Enquanto passa pela paisagem verde e planejada de Brasília, a diarista diz se sentir em outra realidade. “É uma diferença muito grande de onde eu moro. Aqui no Plano tem muita arborização, muitos prédios. Eu não vejo poeira. Passo o dia todo no Jardim Botânico quando venho, e pra mim é como se fosse outra realidade”, afirma. Apesar de considerar o trabalho como diarista cansativo, Antônia diz se sentir bem e orgulhosa com o que faz. “Me sinto muito acolhida pela família para a qual eu presto serviço, porque eles também são do Maranhão, então é como se eu estivesse em casa.”

A viagem de metrô dura pouco menos de uma hora, e o vagão permanece lotado durante boa parte do tempo. Ao longo desse período, ela conta que tem como sonho, no momento, se tornar empreendedora. “Eu já vendi roupas antes, e hoje tenho esse sonho de ter a minha própria loja, ter minhas roupas pra vender, criar a minha própria marca. Esse é o motivo de eu estar trabalhando até hoje como diarista, pra conseguir construir a minha lojinha. Um dos meus sonhos também era construir a minha casa própria, mas esse eu já consegui realizar”, diz Antônia. Ainda que o Sol Nascente apresente diversos problemas estruturais, ela também reforça que não pretende deixar a cidade e que tem esperança de que, daqui a dez anos, o cenário seja melhor.

Aos poucos, a paisagem imponente, de concreto, prédios altos e natureza, começa a dar lugar a uma paisagem marrom, com poucos prédios e quase nenhuma arborização, à medida em que se aproxima de casa. Às 16h40, ela deixa a última estação de metrô, no Terminal Ceilândia, e aguarda mais dez minutos até conseguir pegar o último ônibus para casa. Quando desce no mercado “Trem Bão”, às 17h20, Antônia caminha por mais 15 minutos e, enfim, chega em casa. No rosto, o cansaço, mas o olhar esperançoso por dias melhores. “Eu me sinto bem porque sei que tem um Deus que cuida da gente, e vou continuar trabalhando pra conseguir realizar o meu sonho e levar dignidade pros meus filhos.”



Antônia diz se sentir em outra realidade quando chega ao centro de Brasília. | Foto: Diogo Albuquerque

PROBLEMAS VIÁRIOS

Com uma população composta por 101.866 pessoas, de acordo com dados do Censo 2022, o Sol Nascente é atendido atualmente por duas empresas de ônibus: a Viação Marechal e a BsBus Mobilidade (antiga Expresso São José). Em fevereiro de 2024, o governo local anunciou uma renovação total na frota de ônibus da Expresso São José. Foram adquiridos, de acordo com dados fornecidos pelo GDF, 473 novos veículos, que, somados aos antigos, totalizam 566. Os novos veículos estão em operação total desde o fim do primeiro semestre.

Com a aquisição, a empresa também mudou de marca. A antiga São José passou a se chamar BsBus Mobilidade. A cor marrom dos ônibus deu espaço a um tom claro de verde para aludir ao compromisso com o meio ambiente. Dados fornecidos pela Se-

cretaria de Transporte e Mobilidade do DF (Semob) mostram que, ao todo, 121 veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo atendem a população do Sol Nascente. A maioria deles se concentra no trecho 3, com 51 veículos, sendo 270 viagens em cada dia útil. O subsídio pago pelo GDF em transporte público em 2023 foi de R\$1,5 bilhão, referente às gratuidades (passe livre estudantil e PCD) e complemento tarifário para manter o equilíbrio econômico-financeiro do sistema.

Quem mora na cidade, no entanto, diz que a mudança não foi sentida na prática. A diarista Antônia Ramos relata que percebe os mesmos problemas de antes, com ônibus mal cuidados e com falta de manutenção. “O povo diz que eles fizeram foi pintar esses ônibus que eles dizem [Semob] que são novos, porque continuam os mesmos problemas. São ônibus sujos, superlotados e que quebram com muita frequência. Eles deveriam ter piedade da gente e aumentar a quantidade de viagens, principalmente nesses horários mais cedo do dia”, desabafa Antônia.

Para quem mora no trecho 3 do Sol Nascente e precisa se deslocar até a rodoviária do Plano Piloto, há atualmente três opções de linhas de ônibus: 0.906, 0.330 e 0.385. A mais rápida delas é a linha 0.906, que faz o trajeto direto pela BR-070, levando cerca de 45 minutos para concluir a viagem. Por isso, a linha acaba sendo a mais utilizada pelos moradores. Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021 mostram que a cada dez pessoas ocupadas, ou seja, que tinham emprego, três exerciam o trabalho no Plano Piloto. Mesmo com a alta demanda, os moradores ainda sofrem com a baixa quantidade de viagens.

Outro problema enfrentado pelos moradores é a falta de mobilidade por meio de ônibus dentro da própria cidade, já que não existem veículos circulares que liguem os trechos da região. Ou seja, quem mora no trecho 3 e precisa se deslocar até o trecho 1, precisa pegar um ônibus até o centro de Ceilândia, e, de lá, pegar outro ônibus até o trecho 1. Questionada pela reportagem, a Semob apenas esclareceu que os passageiros

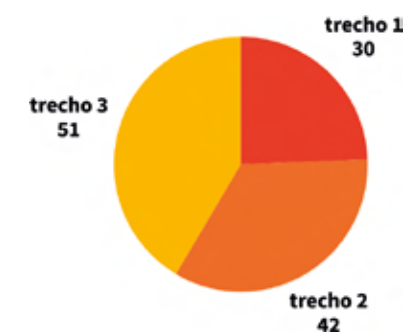


Novos ônibus da BsBus estão em operação desde o fim do primeiro semestre de 2024. | Foto: Diogo Albuquerque

devem registrar a sugestão na ouvidoria, por meio do canal 162 ou no site Participe-DF.

Sobre os problemas relacionados à manutenção dos ônibus, a Semob informou que todos os veículos da frota do transporte público coletivo do DF passam por vistorias periódicas obrigatórias e fiscalizações. Por fim, a pasta disse que a linha 0.906 teve a quantidade de viagens ampliada em 12 de agosto de 2024, passando a ter 16 horários de ida e 13 de volta, de segunda a sexta-feira. “Na madrugada e pela manhã, a linha possui 12 horários: 4h20, 4h32, 4h44, 4h56, 5h08, 5h20, 6h20, 7h20, 8h20, 9h20, 10h20 e 11h20” reforçou a pasta na nota.

TOTAL DE VEÍCULOS E VIAGENS



VIAGENS
Trecho 1 - 194
Trecho 2 - 331
Trecho 3 - 270

DIREITO À CIDADE

Para o professor da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), Benny Schvarsberg, 67 anos, a oferta de transporte público coletivo na região é insuficiente, precária e irregular. Isso afeta o desenvolvimento socioeconômico da cidade na medida em que limita a possibilidade de acesso da população a locais com mais oportunidades de geração de renda. “O transporte e a capacidade de deslocamento das pessoas são elementos cruciais para acessibilidade e direito à cidade.” É um limitante estrutural ao desenvolvimento local, porque nenhum bairro se desenvolve plenamente sem um sistema de transporte público adequado”, afirma.

Um dos caminhos para solucionar o problema passa pela necessidade de se pensar o transporte como política pública integrada, de acordo com Schvarsberg. “O governo local precisa implementar políticas públicas que integrem o transporte público a geração de renda, acesso à educação, saúde e cultura”, reforça. O professor argumenta também que o transporte não deve se restringir apenas aos ônibus, e sim integrar essa modalidade de transporte ao sistema metrôviário e de ciclovias.

De acordo com dados da PDAD de 2021, 62,8% dos moradores do Sol Nascente utilizam o ônibus como principal meio de transporte. A média de tempo gasto no deslocamento é de até 1 hora e 15 minutos. Considerando todo o Distrito Federal, o brasiliense gasta 1 hora e 36 minutos no trajeto de ida e volta para o trabalho. É o que dizem os dados do Relatório Global sobre Transporte Público da Moovit, aplicativo de mobilidade urbana mais utilizado do mundo, feito em 2022 e publicado em janeiro de 2023. O estudo mostrou, ainda, que Brasília está entre as 15 cidades do mundo com maior tempo de espera para pegar o transporte público. A capital figura em 8º lugar, com 23 minutos.

Tarifa zero

Uma das políticas que Schvarsberg defende é a de tarifa zero, com objetivo de beneficiar as áreas mais carentes e vulneráveis. A tarifa zero é o uso do transporte sem que seja feito o pagamento pelo usuário final, ou seja, o transporte é totalmente subsidiado pelo governo local. Atualmente, 88 cidades do Brasil contam com o passe livre no sistema de transporte durante todos os dias da semana, de acordo com um levantamento feito pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU). Vizinhos do Distrito Federal, os municípios de Formosa e Luziânia, em Goiás, adotaram recentemente a política e atendem cerca de 325 mil habitantes.

Estados	Número de cidades que adotam a tarifa zero
AL	1
CE	4
ES	1
GO	5
MA	1
MG	26
MS	1
PR	12
RJ	10
RO	1
RS	3
SC	8
SP	29
TO	1

No modelo atual, a tarifa do sistema público de transporte é paga pelo Governo do Distrito Federal e pela população. No ano passado, em 2023, o subsídio pago pelo governo em transporte público foi de R\$1.589.931.673,80, referente às gratuidades (passe livre estudantil e PCD) e complemento tarifário para manter o equilíbrio econômico-financeiro do sistema. De acordo com o presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana (CMTU) da Câmara Legislativa, Max Maciel, 70% do custo de operacionalização do transporte público já é custeado pelo imposto arrecadado pelo governo, e apenas os 30% restantes são financiados pela tarifa paga pelo usuário.

Para a implementação da Tarifa Zero, seria necessário um aporte orçamentário de R\$3 bilhões. O montante corresponde a quase 5% do orçamento total do DF em 2024, que ficou em R\$61 bilhões. Para arcar com o valor da implementação da medida, a CMTU apresentou algumas propostas, entre elas a criação de um fundo do transporte urbano, que seria abastecido por recursos de estacionamentos privados e imposto progressivo de IPTU para as novas áreas nobres da capital federal, por exemplo.

O deputado Max Maciel lembra que o transporte precisa ser visto como um direito constitucional e pensado como política pública.

“A tarifa zero é, na verdade, o direito à cidade à população de ter acesso a algo constitucional hoje, que é o transporte público.” Em 2013, o transporte passou a ser um direito social garantido pela Constituição Federal, com a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 74/2013.

Entre os benefícios que a medida apresenta, estão a diminuição do fluxo de veículos nas vias, economia de renda pelas famílias mais carentes e fortalecimento do processo econômico. “O dinheiro que seria gasto pelo passageiro no ônibus vai circular na economia de forma geral. As pessoas podem ir ao cinema, podem comprar um livro. Ou seja, as pessoas começam a viver a cidade de outra forma”, diz.





Favela como sinônimo de

SOLIDARIEDADE

TEXTO: **Sthefany Rocha**
FOTOS: **Sthefany Rocha**
DESIGN: **Brenda Neres**

Ao atravessar Brasília e ir até o Sol Nascente, notei, à primeira vista, como a capital do Brasil é marcada pela gentrificação. Cidade planejada para ser um monumento da arquitetura moderna, a partir dos olhares do arquiteto Oscar Niemeyer e do urbanista Lúcio Costa, não foi pensada para receber a diversidade de pessoas que enxergaram na nova capital um potencial de mudança de perspectiva de vida.

Trabalhadores da construção civil, pais, mães, crianças, famílias inteiras que foram se instalando nos arredores do Plano Piloto, que a partir de regularização fundiária controversa, receberam o título de Regiões Administrativas.

A controvérsia da situação não é em razão de entregarem a titularidade das terras a quem as ocupa, é o direito do povo e, além disso, é Constitucional, todo brasileiro deve ter a garantia de habitação. Mas pelo fato de não proporcionarem a infraestrutura necessária para manutenção de uma vida digna para as pessoas nessas regiões.

Quanto mais afastado do Plano, mais a desigualdade é latente. O Sol Nascente, tema guarda chuva desta edição da Revista Campus Repórter,

explorado em todas as perspectivas pelas reportagens, evidenciando o dia a dia dos moradores. O raio-x da cidade mostrou casos de extrema vulnerabilidade: falta de acesso a saúde, a água, ao esgoto, à educação, à infância segura, à segurança, ao transporte público de qualidade, à alimentação saudável, ao lazer, à habitação adequada, entre outros, mas mostrou também as potencialidades do local. A capacidade de organização dos moradores para que, na medida do possível, ninguém fique desamparado, já que o Estado não os prioriza.

Instituições como FehSolna e Instituto Mais Vida transformam a realidade da população a partir da educação, da garantia de refeições diárias e da profissionalização dos moradores. Duas mulheres revolucionárias, Edilamar de Souza, fundadora da Fehsolna, e Sandra Ribeiro Bento do Instituto Mais Vida, que por conta própria e tirando dinheiro das economias, se indignam com a situação e fazem a diferença, germinando o que tem de mais precioso entre as pessoas: a esperança.

Este ensaio fotográfico propõe que o Sol Nascente, a maior favela do país, seja também sinônimo de **Solidariedade**.





Saúde precária e informal



Dia a dia da população é de déficit no acompanhamento médico, falta de servidores públicos e com barreiras legais que dificultam o atendimento

TEXTO: Kalil Veiga e Diogo Albuquerque
FOTOS: Diogo Albuquerque e Sthefany Rocha
DESIGN: Carolina Marcusse

Com mais de 100 mil moradores que vivem entre 36 mil domicílios, a cidade possui apenas uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para atender toda a população, que se distribui entre os trechos 1, 2 e 3 da região. Localizada no primeiro trecho, a UBS nº16 tem 17.800 moradores cadastrados oficialmente, mas o número de pacientes atendidos pelos profissionais de saúde, na realidade, chega a cerca de 28 mil pessoas.

São quatro equipes de Saúde da Família na Unidade, cada uma composta por um médico, um enfermeiro, dois técnicos e dois agentes comunitários de saúde. No entanto, a principal queixa dos moradores é a dificuldade no acesso ao atendimento oferecido. Susana Rodrigues, 50 anos, conta que quando precisa de atendimento, a opção mais próxima à qual recorre é a Unidade de Saúde nº15, localizada na Quadra Norte R (QNR) de Ceilândia, a cerca de 40 minutos de sua casa.

Moradora do Trecho 3 e coordenadora do Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), ela afirma que precisa buscar atendimento em outra cidade devido a ausência de saúde na sua região, caracterizada como a mais carente de Brasília. Não há nenhuma Unidade Básica de Saúde no terceiro trecho, como também é precária a distribuição de água potável, energia, esgoto e outros serviços de saneamento básico.

Segundo a Política Nacional de Atenção Básica, que estabelece diretrizes e normas para a organização da Atenção Primária à Saúde, seriam necessárias oito UBSs para atender integralmente a população da cidade nos três trechos, já que a recomendação da norma é que cada Unidade atenda, no máximo, 12 mil pessoas, como forma de garantir um melhor serviço e promover as diretrizes de saúde.



Moradores do Sol Nascente dispõem de apenas uma UBS, quando o ideal seriam oito unidades. Foto: Diogo Albuquerque



Localizada em Ceilândia, a UBS nº 15 é uma das unidades a qual os moradores do trecho três recorrem quando precisam de atendimento médico.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), além da UBS nº16, a população também é atendida pelas UBSs nº 1, 5, 17 e 18, assim como pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Ceilândia e os hospitais Cidade do Sol e Regional de Ceilândia. Contudo, a distância percorrida para conseguir atendimento nessas unidades é outro problema enfrentado pelos moradores.

Susana afirma que faz todo o trajeto, desde sua casa até a Unidade de Saúde nº15, à pé, devido ao alto preço da passagem de ônibus e da carência de linhas que fazem viagens entre os trechos e que liguem o Sol Nascente à outra cidade. “Quando se trata de uma mãe com uma criança de colo doente, é complicado, porque é uma distância muito grande. Quando essa mãe não tem o dinheiro para pagar uma passagem de ônibus, ela vai andando”, relata.

Na tentativa de mitigar o problema, a UBS nº15 passou a disponibilizar, em abril de 2024, acompanhamento médico quinzenal na casa da mo-

radora Andreia Lopes, uma das líderes comunitárias do Trecho 3. Na visita, adultos e crianças passam por uma triagem, sendo que aquelas que reclamam de algum sintoma são levadas até a UBS para atendimento.

Diferentemente da Unidade de Saúde nº16, apenas parte de uma equipe da UBS nº15 se desloca até o bairro da Fazendinha, no terceiro trecho. A **Campus Repórter** esteve presente no segundo atendimento realizado pela unidade, no dia 8 de maio, quando a equipe realizou uma ação preventiva junto às crianças sobre higiene bucal e distribuiu kits com escovas de dente, creme dental e fio dental.

Uma das profissionais de saúde presentes na ação, que preferiu não se identificar, disse que apesar da iniciativa de descer até o Sol Nascente em busca dos moradores seja positiva, o acompanhamento realizado é uma medida paliativa, devido a quase inexistente infraestrutura da região. “A gente tenta vir aqui dar uma orientação e assistência. Não conseguimos abarcar a população inteira, já que essa parte [Trecho 3] não é

cadastrada. Área que não é regularizada é assim, eles se sentem invisíveis”, afirma.

Em nota, a SES-DF informou que há um projeto em andamento para a construção de quatro novas unidades básicas de saúde na região, que devem ser localizadas nos Trecho 1, 2, Pôr do Sol e Ceilândia. Por sua vez, o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGES-DF) afirmou que também há um projeto para construção de uma UPA no Sol Nascente, atualmente em processo de licitação. No entanto, nenhum dos dois órgãos deu um prazo para início das obras.

Invisibilizados

A demanda dos moradores por saúde é alta ao passo que a população cresce em ritmo acelerado, especialmente em áreas onde serviços de saneamento básico não são amplamente garantidos. Enquanto a população enfrenta barreiras para obter atendimento, os profissionais de saúde também lutam contra a falta de apoio do Governo do Distrito Federal (GDF) e de recursos necessários para superar esses desafios. À reportagem, esses profissionais relataram déficit de servidores e impedimentos legais para cadastrar os moradores da cidade nas unidades de saúde.

A UBS nº15, que fica em Ceilândia, não possui uma equipe completa para o atendimento do Trecho 3. Na unidade, são atendidas cerca de 30 mil pessoas, entre moradores de Ceilândia e Sol Nascente, sendo que apenas 19 mil estão cadastradas no sistema. “Falta perna para cadastrar. Faltam agentes comunitários de saúde. E, infelizmente, falta médico na equipe da Fazendinha. O território também é muito grande, o que dificulta esse trabalho de mapeamento das famílias e o acompanhamento pelas equipes de saúde”, diz um profissional que prefere não se identificar.

Atualmente, a rede pública de saúde do Distrito Federal possui um déficit de mais de 5 mil profissionais de saúde, entre profissionais de diversas especializações, aponta o Conselho Regional de Enfermagem do DF. Diante do cenário, a SES-DF afirmou que a alocação dos profissionais nas UBSs obedece critérios como de disponibilidade de recursos humanos. “A Secretaria de Saúde designa profissionais para

as Unidades com base na análise epidemiológica da região e a disponibilidade de recursos humanos. A alocação é feita de forma estratégica, considerando a densidade populacional e as principais necessidades de saúde identificadas na área”, afirma em nota.

Os profissionais da saúde relatam, ainda, impedimentos legais para a realização dos trabalhos, como na tentativa de mitigar o problema de distância levando ações de acompanhamento médico à casa de líderes comunitários. O carro, utilizado para transporte até a UBS daqueles pacientes que reclamam de algum sintoma, é utilizado de maneira informal.

O veículo, que pertence à unidade nº15, só pode ser usado para transporte dos servidores, visto que a Secretaria de Saúde proíbe o transporte de pacientes que não seja feito por meio de ambulância. No entanto, essa é a maneira encontrada pelos profissionais num esforço para atender a demanda da população do Sol Nascente. “Nós vemos que se não formos buscar, eles não saem de lá. A responsabilidade não é nossa, mas ninguém assume”, dizem os profissionais.

‘Tapar o sol com peneira’

O uso informal do carro da Unidade se tornou ainda mais frequente à medida que casos de dengue e alergias tóxicas foram sendo agravadas pelo esgoto a céu aberto e a grande quantidade de poeira, devido a carência na infraestrutura. Para os profissionais que atuam na região, os casos são reflexos de desencontro na coordenação de ações intersectoriais entre os órgãos do GDF para a correta promoção da saúde na cidade.

Com receio de retaliações, um desses profissionais, que atua na parte burocrática, afirmou que a saúde ‘faz a parte dela’, mas não tem todo o apoio necessário por parte do GDF. “Tudo é político aqui. A gente tem que definir bem o que é parte da atenção primária, como saúde, e da atenção administrativa, que é o saneamento básico. Não adianta a unidade oferecer saúde e a administração não proporcionar condições de tomar uma água potável, por exemplo. É como tapar o sol com a peneira”, reclama.

Na cidade, 35% da população não é abastecida com a água potável fornecida pelo serviço da estatal Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb). Até o segundo semestre de 2024, a companhia já investiu R\$ 58 milhões na implantação da rede de saneamento básico, investimento que correspondeu a 23.185 imóveis ligados à rede de água encanada, mas que deixou de fora outros 13 mil domicílios.

Susana Rodrigues, moradora do Trecho 3, relata que já chegou a ficar dois dias inteiros sem água. Para ela, existe um descaso do governo quanto ao problema na região. “Até onde eu sei, todas as pessoas, em situações irregulares ou não, têm direito à água potável. No meu ponto de vista, o governo só está empurrando com a barriga, porque não quer ter trabalho”, destaca.

Em relação à falta de trabalho integrado entre os órgãos, a pasta da saúde apenas destacou que tem implementado diversas ações em parceria com outros órgãos e instituições distritais, mas sem apresentar dados ou abordar de forma robusta os projetos que estão em desenvolvimento. “A SES-DF trabalha, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) e outras entidades para abordar, de forma integrada, os determinantes sociais de saúde, como saneamento básico e segurança alimentar”, dizem.

Desenvolvimento social

Além da falta de unidades de saúde próximas às casas, de servidores para a população e de infraestrutura que garantam direitos básicos, como transportes que facilitem o atendimento, outro fator limitante para o desenvolvimento social é a dificuldade no acesso por parte de mães que deram à luz ainda na adolescência aos serviços de acompanhamento.

A cidade é a segunda região do DF com o maior número de mulheres com até 19 anos que deram à luz na adolescência durante os meses de janeiro de 2023 a julho de 2024, segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde. Foram registrados 1.128 nascimentos no período, enquanto as cidades de Ceilândia e Brazlândia registraram 4.121 e 968, respectivamente.

Acentuada pela dificuldade no acesso a cuidados obstétricos de rotina e emergenciais, a gestação precoce no Sol Nascente ainda se agrava com a carência educacional enfrentada na região e pelas dificuldades socioeconômicas. Em 2021, a cidade ficou entre as três mais pobres do Distrito Federal, após levantamento da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD).

A pediatra do Hospital Universitário de Brasília (HUB) Marilúcia Picanço explica que a gravidez na adolescência permeia todas as classes sociais, mas que a ocorrência em populações que vivem em situação de vulnerabilidade é maior devido a problemas na infraestrutura das cidades, como a falta de escolas e a carência no acesso à informação.

Ela afirma que a presença de unidades educacionais próximas às casas é um dos fatores determinantes para a conscientização das mães e pais adolescentes quanto às responsabilidades no ato de gerar e que promove a quebra na perpetuação da pobreza vivenciada na comunidade. “O baixo nível de escolaridade contribui para a continuidade desse cenário que é uma construção histórica. Sem as escolas, é como se fosse uma cópia do modelo da história de vida, em que elas não conseguem sair”, diz.

Uma das estratégias de prevenção apontadas pela médica é a promoção da educação sexual nas escolas como forma de ajudar a reduzir a taxa de gravidez entre adolescentes. “É necessário orientar as crianças e adolescentes quanto à sexualidade de acordo com a faixa etária, para ela tomar conhecimento sobre o seu corpo. Com isso, a escola pode estabelecer níveis de profundidade quanto ao assunto, até chegar ao funcionamento pleno do corpo e eles entenderem sobre as formas de prevenção”, termina.

O documento “Gravidez na adolescência no Distrito Federal: Uma análise de 2000 a 2016”, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (antiga Codeplan), também reforça as ações defendidas por Picanço, com recomendações aos gestores públicos do DF quanto à garantia de maior intersetorialidade nas políticas públicas voltadas à prevenção e atenção à gravidez precoce.



ECONOMIA EM ASCENÇÃO

Pobreza e falta de infraestrutura são desafios socioeconômicos para cidade que cresce de forma mais acelerada e ainda demanda serviços básicos à população

TEXTO: Raphael Pati
FOTOS: Gabriela de Macêdo e Raphael Pati
DESIGN: Isadora Resende e Luana Cardoso

Em uma cidade que ainda reflete a desigualdade socioeconômica do Distrito Federal, vários são os desafios que as famílias do Sol Nascente enfrentam para manter a casa e sustentar um padrão de vida minimamente digno. A maior favela do país, segundo definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é também um lugar que carece de vida econômica própria, associada muitas vezes a uma cidade-dormitório, onde a maioria dos trabalhadores deixam o local pela manhã e voltam apenas no fim da tarde, para descansar.

De acordo com dados do IBGE, divulgados em fevereiro de 2024, a renda per capita do Sol Nascente é de apenas R\$ 915, o que equivale a menos de dois terços de um salário mínimo (R\$ 1.412). Diante disso, ainda é considerada a cidade com um dos menores padrões de vida em todo o Distrito Federal. Apenas 40 km separam a cidade do Lago Sul, a região administrativa do DF com a distribuição de renda mais alta, que ultrapassa a média de países europeus, como Espanha e Portugal (R\$ 10.979), do perímetro urbano do Sol Nascente.

Dados publicados na última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-DF), da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), mostram que a região administrativa criada em 2019 ainda padece de sérios problemas estruturais. Em torno de 47% da população da cidade não é economicamente ativa – ou seja, não possui ‘idade para trabalhar’, ou não busca emprego no momento. Os que não estudam e nem trabalham (chamados de “nem-nem”) respondem por 41% de todos os jovens entre 18 e 29 anos, o que representa um total de mais de 9,5 mil pessoas sem emprego no período que é considerado normalmente como o início da carreira.

Essa estatística também evidencia que mais de 10% de toda a população do Sol Nascente, estimada em 93 mil, de acordo com dados do IBGE, são de jovens nem-nem. Com menos pessoas trabalhando em casa, consequentemente a renda domiciliar média também é impactada. Números da PDAD revelam que este dado, naquele ano, era estimado em R\$ 2.188,30, o que leva à conclusão de uma renda média por pessoa de R\$ 915.

De todos os trabalhadores da região, 61,5% estão empregados no setor privado, enquanto que 32,9% possuem negócio próprio ou são autônomos. Uma das características principais do Sol Nascente é a de ser considerada uma cidade-dormitório. Este conceito é utilizado normalmente para descrever conglomerados urbanos onde há pouco desenvolvimento social e uma nítida dependência de outros polos para garantir emprego e renda.

As cidades-dormitório, como o próprio nome sugere, são locais feitos quase exclusivamente para habitações. A pesquisa conduzida pela Codeplan mostra que apenas 7,7% da população ativa do Sol Nascente exerce trabalho principal na própria RA. Mais de um terço deste grupo (35%) se desloca para Ceilândia na hora do expediente. Na sequência, aparece o Plano Piloto, com 30,5% e Taguatinga, com 12,8%.

As cidades-dormitório também podem ser descritas como ocupações urbanas voltadas exclusivamente para a residência e cuja mão de obra não encontra ocupação local, como explica o presidente da Federação do Comércio de

Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), José Aparecido Freire. “Neste caso, o Sol Nascente hoje exerce sua vocação primordial como moradia com ausência ou presença incipiente dos equipamentos urbanos (hospitais, escolas, creches, atividade comercial, cultural e administrativa) que formam uma urbe”, avalia.

Para o vice-presidente da Associação Comercial de Ceilândia (Acic) e ativista econômico e social, Cleilton Saraiva, o local ainda não tem força econômica para gerar boas oportunidades de emprego e renda. “É claro que parte daqueles que chegaram primeiro na cidade e que montaram os seus pequenos negócios, já geram alguns postos de trabalho, mas ainda não é no volume que a cidade, que tem em torno de uns 100 mil habitantes, já possa dizer assim: ‘o que eu produzo aqui já é suficiente para me gerar emprego e renda’”, sustenta Saraiva.



Informalidade ainda é predominante na ocupação dos trabalhadores que vivem no Sol Nascente.

Foto: Gabriela de Macêdo

Primeiras atividades

As primeiras distribuições de lotes irregulares na região do Sol Nascente ocorreram ainda nos anos 1990. Desde essa época, pequenos comércios familiares tomam conta do cenário econômico da região. Um dos fatores que ainda contribuíram para a expansão destas pequenas lojinhas, muitas vezes localizadas dentro do lote das próprias residências familiares, foi a flexibilização das leis trabalhistas na reforma promovida durante o governo do ex-presidente Michel Temer, em 2017.

Com as mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas, houve uma expansão do número de cadastros de Pessoa Jurídica (CNPJs), além dos chamados Microempreendedores Individuais (MEIs). Dados do Sistema Fecomércio-DF apontam que, atualmente, há 785 CNPJs registrados no Sol Nascente. Desse total, 70% são MEIs. Apesar disso, ainda é a RA com uma das menores taxas de cadastro de pessoa jurídica no DF.

“Isso coloca a cidade na 31ª colocação no ranking de cidades em número de CNPJs. Acreditamos que esse número seja maior devido à informalidade. Entretanto, à medida que o Estado se faz presente com melhorias estruturais, dinamismo econômico e a demanda por serviços, a região cresce de acordo com suas necessidades, compatível com a ocupação urbana”, argumenta o presidente da Fecomércio.

Uma das centenas de exemplos de pequenos empreendimentos lançados na região é a loja de Webster dos Santos Barros, de 42 anos, localizada no Trecho 1. O comerciante abriu uma gráfica de xerox em 2022, logo após o auge da pandemia de Covid-19 no Brasil, que afetou

diversos empregos e estabelecimentos no país. Com apenas um computador e uma impressora, inicialmente, o microempresário conseguiu aumentar os lucros e expandir as variedades da loja, que hoje oferece materiais escolares, utensílios domésticos e até picolés e sorvetes.

Webster divide as funções do pequeno comércio com a esposa e os dois filhos, Pedro e Gabriela, já adolescentes, na parte da frente da casa onde moram há oito anos. Quando a família se mudou para a região, a infraestrutura ainda era muito precária, com poucas residências e “muito mato”. A partir da criação da RA, o comerciante acredita que a presença maior do estado na região alavancou a atividade econômica, com o surgimento de novas lojas e o asfaltamento de vias internas.

“Depois que a infraestrutura melhorou, eu decidi montar uma lojinha aqui, e desde o dia que eu montei, não me arrependi. Vem só melhorando, já expandimos na parte de cima do prédio, e a tendência, futuramente, é fazer mais lojas aqui do lado”, projeta o microempreendedor.

A maior parcela da atividade econômica do Sol Nascente é composta pelos setores de comércio e serviços, que respondem por 26,5% e 24,5%, respectivamente, de todos os empregados na região. Outro grupo que também é forte é formado pelos motoristas de aplicativo e delivery, que representam 21,4% de todos os trabalhadores da cidade. Os setores de construção, com 9,7%, e indústria, com 8,7%, completam a lista, divulgada na PDAD.

Apesar de representar a maior parte dos empreendimentos na região, as lojas destinadas à venda de produtos ou oferta de serviços ainda são pouco desenvolvidas. O Trecho 1 –

parte mais antiga da cidade – é o local onde há mais opções para o consumidor, com bares, restaurantes, farmácias, salões de beleza e barbearias, lojas de roupas e costura, entre outros. No Trecho 2, onde está instalada a sede provisória da administração regional, começam a surgir novos estabelecimentos em um ritmo mais rápido do que no Trecho 3, que por ser mais recente, ainda carece de muitas atividades essenciais para uma cidade.

O comércio local é bastante caracterizado pelos negócios de família, no qual um casal, normalmente, cria o próprio espaço, por vezes dentro da própria casa, e levam à frente um pequeno empreendimento.



A comerciante Sabrina Alves leva à frente uma sorveteria no Trecho 2 há dez anos, com o esposo Claudimiro. | Foto: Gabriela de Macêdo

Esse é o caso da Sabrina Alves que, junto com o esposo Claudimiro, abriu uma lanchonete e sorveteria no Trecho 2 há dez anos, quando a infraestrutura na região ainda era bem mais precária. “Era só poeira, lama e barro”, conta.

A lanchonete de Sabrina e Claudimiro é um dos poucos estabelecimentos da rua que funciona pela manhã. Por ser uma cidade-dormitório, a cidade fica vazia durante a primeira parte do dia até o fim da tarde, quando os bares e as distribuidoras de bebidas começam a abrir. “O horário de manhã é bem parado, parece até uma cidadezinha do interior. Bem pacata. De 16h em diante começa o movimento, quando o povo volta do serviço”, acrescenta a administradora.

Também no Trecho 2, Charles Alves Rocha, de 31 anos, abriu uma loja de materiais elétricos e hidráulicos com a esposa. Assim como no outro exemplo, este casal também já possuía outro ponto de vendas, em Ceilândia. Após perceber o movimento fraco na loja e escutar o conselho de um amigo, decidiram se mudar para o Sol Nascente, onde abriram recentemente o comércio.

“Pretendemos continuar aqui, com o fluxo atual de clientes. Agora está melhor, teve um mercado que abriu aqui, e sempre há clientes novos”, avalia o empresário. Sobre o comércio na região, ele afirma que está em processo de crescimento, apesar de considerar que ainda faltam itens básicos para o dia-a-dia. “Por exemplo, não há posto de gasolina aqui. A gente tem que ir lá para a Ceilândia. Também faltava uma lotérica, mas agora já tem. Então esses comércios essenciais ainda estão faltando”, destaca.

Principais desafios

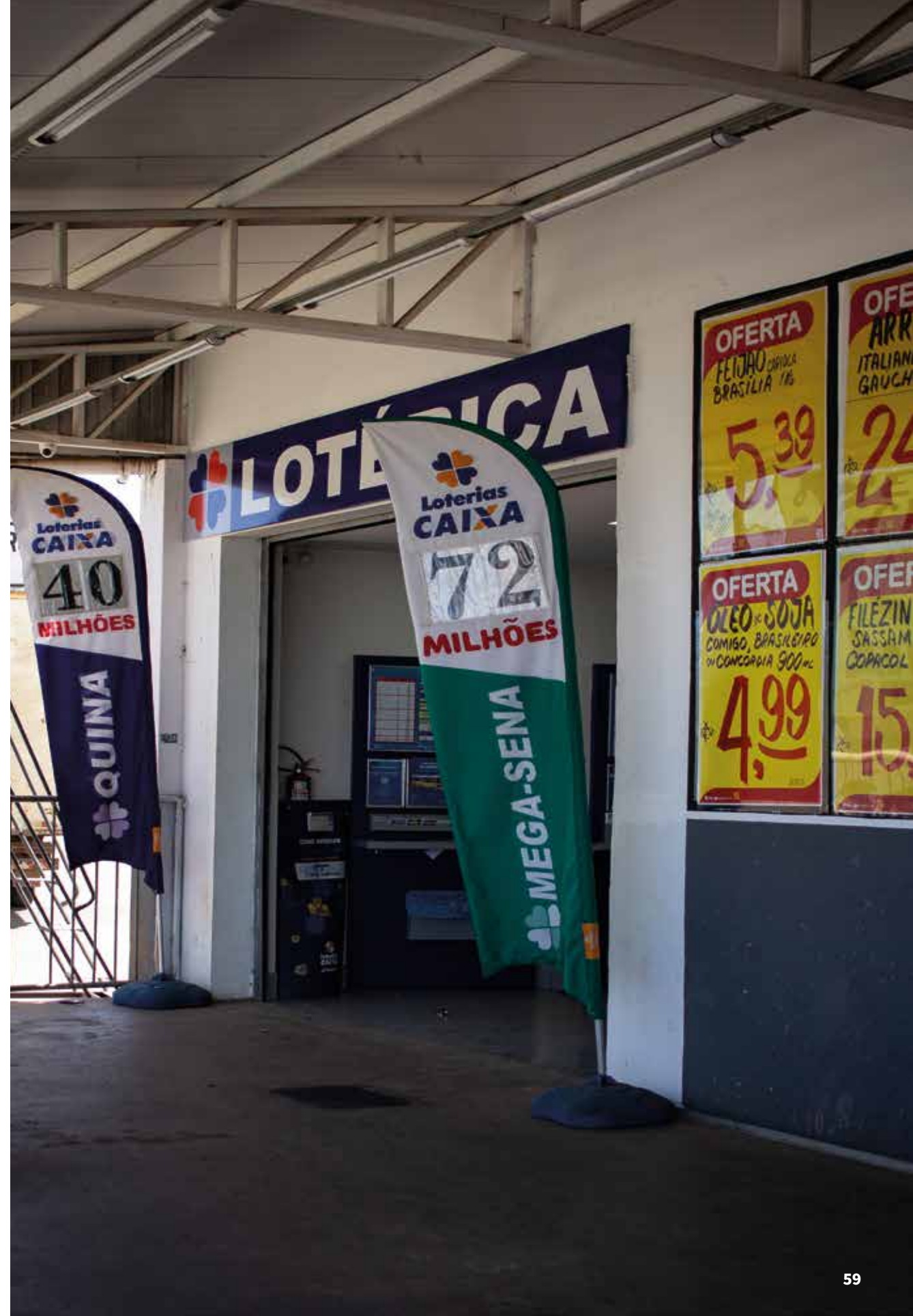
Um ponto em comum para quem mora na região, ou mantém um negócio próprio, é a defesa da ideia de que a transformação do Setor Habitacional Sol Nascente, como parte da RA de Ceilândia, em uma região administrativa própria, foi benéfica para o aumento de variedade no comércio local. No Trecho 2, onde a sede provisória da RA foi instalada logo após a criação da nova RA, o comércio se expandiu rapidamente, inclusive com a inauguração de uma rede de supermercados na rua principal.

Apesar das vantagens com a proximidade maior do governo na região, ainda há desafios

de infraestrutura e urbanização que impedem um avanço maior da atividade econômica no Sol Nascente. No último mês de agosto, a sede provisória completou cinco anos sem uma definição quanto à construção da administração principal. O processo de licitação foi aberto apenas em abril deste ano e ainda não há expectativa para o início das obras.

Alinhado a isto, há o problema da regularização. Mesmo com a criação da RA, ainda há muitos lotes no Sol Nascente sem a devida regularidade. Por conta disso, muitos empresários desistem de abrir um negócio na região, diante das incertezas em relação à legalidade dos terrenos, como explica o chefe de gabinete da administração, Prof. Felipe Lira.

“Os empresários não querem entrar aqui, primeiro porque não tem alguém que autorize eles a entrarem. E, segundo, eles não vão entrar de forma errônea, porque não é regularizado. Então eu não vou investir em uma coisa que eu não sei como vai ser. Mas, para o futuro, a gente vê que esses empresários virão, porque haverá uma regularização. O governo já está com esse interesse e já está fazendo isso”, admite o re-



presentante da administração.

Para o engenheiro Romildo Peres, que também atua na administração da cidade, o problema da não-regularização e da infraestrutura precária, sobretudo no Trecho 3, são os principais pontos que ainda impedem o avanço do comércio. “É necessário criar uma área de desenvolvimento econômico, e também, a partir do momento em que você cria uma infraestrutura, eu vejo que isso também é comércio. Hoje a gente tem 50% do Sol Nascente já urbanizado. E no final deste ano, a pretensão é chegarmos a 90%”, avalia o engenheiro.

Além disso, o Sol Nascente também carece de comércios essenciais, como postos de gasolina, bancos e lotérica (a única foi aberta recentemente). Em relação à alimentação, não há feiras permanentes de hortifrutis e verduras. Por conta disso, a maioria dos moradores da cidade se deslocam à cidade vizinha para comprar comida.

Dados da PDAD revelam que 86,6% da população do Sol Nascente compram alimentos e bebidas em Ceilândia. Apenas 11,2% relatam que não precisaram deixar a cidade para ir às compras. Diante disso, a opção mais viável para

quem mora na região é a Feira do Produtor de Ceilândia, localizada próxima à divisa entre as duas RAs.

Milhares de pessoas frequentam a Feira do Produtor todos os dias, das 5h da manhã até às 17h. Inaugurada há 53 anos, o local é referência para a venda de verduras e hortaliças na região em mais de meio século. O diretor-administrativo da feira, José Júnior – ou apenas “Zé Jr.” –, conta que o fluxo de moradores do Sol Nascente que frequentam a feira aumentou consideravelmente desde a separação das RAs.

“Por estarmos bem na divisa, nós atendemos todo esse público que tem seus mercados no Sol Nascente e Pôr-do-Sol. Então eles fazem suas compras na Feira do Produtor de Ceilândia, para abastecer os mercados dessa cidade e das demais cidades de Brasília com hortifruti-granjeiros”, destaca Zé Jr. Além da feira em si, há um projeto social voluntário no local, que busca ajudar famílias carentes com a separação gratuita de cestas de alimentos.

Perspectivas

Com a fama de ter recebido o título de maior favela do país, ultrapassando a Rocinha, no Rio de Janeiro, os cidadãos e

a administração do Sol Nascente buscam tirar a imagem de uma cidade de aparência mais precária e com menos oportunidades para crescer e se desenvolver. Diante disso, novas atividades começam a surgir no local, para impulsionar a economia e melhorar a qualidade de vida de quem mora na RA.

Bruno tem apenas 21 anos e decidiu investir em uma loja de suplementos alimentares. Em uma das principais ruas do Trecho 2, viu a oportunidade de abrir o comércio ao lado de uma academia que também tinha muito pouco tempo desde que foi aberta. “Aqui é um berço para o comércio. Para quem quer empreender, eu acho que aqui é o local. Tem muita oportunidade para todo tipo de comércio. Todo mudo que quiser aqui se empenhar, vai conseguir”, conta, com otimismo, o jovem.

Antes de abrir a loja, ele já trabalhava com e-commerce, anunciando produtos como proteínas, creatina, além de roupas específicas para realizar exercícios físicos. Nesse contexto, o morador de Ceilândia fez o caminho inverso. Enquanto mais de 80% dos moradores do Sol Nascente vão para a cidade vizinha para trabalhar, o jovem comerciante decidiu deixar

Ceilândia para abrir um negócio na região em que foi por muito tempo considerada a “expansão da expansão”, uma referência ao crescimento desordenado de algumas áreas habitacionais no Distrito Federal.

“Hoje, pelo menos nesse trecho aqui, nós somos os únicos. E aí tem farmácia que vende

suplemento também, mas não com tanta variedade. Foi uma oportunidade, mesmo, que a gente viu na região, que estava carente disso”, aponta. “Nós aqui ainda somos MEI. Meu tio está dando uma força, mas a nossa meta é transformar ela em uma empresa maior, quem sabe uma limitada. A meta é tentar uma melhoria, mesmo”, completa Bruno.



Feira do Produtor, localizada próxima à divisa entre Ceilândia e Sol Nascente, é opção para a população da cidade. | Foto: Gabriela de Macêdo

A cidade ainda não possui uma entidade organizada para atender o comércio local. Quem realiza esse serviço ainda é a Associação Comercial de Ceilândia (Acic), criada em 1977 para atender às exigências da nova cidade.

O vice-presidente, Clemliton Saraiva, avalia que é questão de tempo até o Sol Nascente ter uma vida econômica “própria”, sem a necessidade de se deslocar para outras cidades para realizar necessidades do dia-a-dia.

“O Sol Nascente, no início, levou aquela aquela pecha de ser a maior favela do Brasil. Isso é um erro. Se as favelas brasileiras tivessem pelo

menos um pouco da estruturação que o Sol Nascente já tem, elas teriam um pouco mais de qualidade de vida”, afirma Saraiva.

Apesar disso, o representante comercial da cidade ainda acredita que falta uma presença maior do estado para atender às demandas da população, que convive com uma renda média abaixo de R\$ 1 mil e desafios estruturais, ligados à infraestrutura, saneamento básico e outras necessidades inerentes aos cidadãos do Sol Nascente. “Eu diria que o Sol Nascente começa com essa força do empreendedorismo individual e vai se consolidando à medida que, infelizmente, essas invasões vão crescendo”, conclui.



FOTO Isadora Resende

50 anos

Quer ficar por dentro da programação de 50 anos do nosso programa de pós-graduação?

Acesse o Instagram [@ppgcom_unb](https://www.instagram.com/ppgcom_unb) e visite o site ppgcom.fac.unb.br/

PPG / FAC / UnB

